



DEFENDENDO A SOCIEDADE • VALORIZANDO A PROFISSÃO



Sumário



Apresentação • 7

Um pouco de história • 9

Quase lá... • 11

A mobilização • 13

Nasce um novo marco - A criação do CONFEEF • 19

Buscando a quebra de paradigmas • 29

Comprometimento com a categoria • 39

Uma data para a saúde e o bem-estar • 47

Ações e eventos promovidos • 51

Parcerias bem-sucedidas • 73

A sociedade conhece o CONFEEF • 79

Campanhas • 83

A consolidação da Profissão • 93



A comemoração dos 10 anos de existência do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) é celebrada com um sentimento muito especial de conquista e realização de toda uma categoria.

Fruto de uma história de determinação política e bases num amplo processo associativista, a aspiração pela regulamentação é antiga no seio da categoria profissional, sendo despertada e desencadeada nos idos de 1940, pelas Associações de Professores de Educação Física (APEFs) e consolidada através da Lei Federal 9696/98, que regulamentou a Profissão de Educação Física e criou os respectivos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física.

Assim nasceu um novo marco da Educação Física em nosso país. Essa ação desenvolvida por diversos Profissionais para a criação do Conselho Federal de Educação Física segue aqui contada em diferentes capítulos, desde as iniciativas que levaram à apresentação do primeiro projeto de lei até as conseqüentes ações do CONFEF.

Destarte, como culminância deste processo, é que procedemos a lembrança da memorável reunião realizada entre representantes de Associações de Profissionais de Educação Física (APEFs) e das Instituições de Ensino Superior de Educação Física, realizada no Hotel Flórida, na cidade do Rio de Janeiro no dia 8 de novembro de 1998, quando foram eleitos os 18 primeiros Conselheiros Federais, que receberam como incumbência dar os passos iniciais na formalização em termos da organização documental e estrutural da profissão no país.

Cada etapa dessa história edificante e vitoriosa aqui relatada sem qualquer outra intenção, aborda os fatos e feitos vividos nesta jornada, mais precisamente a partir da posse dos primeiros Conselheiros Federais, ocorrida em janeiro de 1999, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Esse grupamento de Conselheiros eleitos alimentados pelo desafio de fazer cumprir as diretrizes que dariam à profissão a capacidade de dirigir seus próprios rumos e pela condição imposta pelo mandato tampão de dois anos, envolveu-se plenamente devendo-se ressaltar entre outras atenções determinantes à referida causa, o grau de comprometimento assumido por toda a categoria tanto no que diz respeito às questões e problemáticas em torno do processo de construção, quanto da própria idéia de implementação de uma nova dinâmica para a profissão no Brasil.

A participação coletiva, integrada e proativa de todos neste processo, Conselheiros e Profissionais Registrados, resume a legitimação de todo referencial produzido nestes 10 anos, desde a elaboração do Estatuto, do Regimento Interno, passando pela elaboração do documento de maior importância para uma Profissão regulamentada, que é o seu Código de Ética, além de outros documentos de considerável importância nesse processo, tais como: Carta Brasileira de Educação Física, Documento de Intervenção Profissional, Guia de Princípios de Conduta Ética do Estudante de Educação Física, Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde, diversos livros e a publicação do nosso periódico a Revista E. F.

O leitor terá oportunidade, por meio da leitura desta publicação de conhecer e poder comemorar os 10 anos de existência do Sistema CONFEF/CREFs acompanhando toda essa sua trajetória e evolução, através das fotos e textos que retratam o desenvolvimento da entidade e da profissão, as atividades desenvolvidas, desde a realização de seminários, fóruns, palestras, debates e reuniões diversas tendo como propósito a consolidação da profissão, até as campanhas de sensibilização da mídia e da população despertando-as para a importância desse profissional e do direito da sociedade de ser sempre atendida com qualidade e segurança.

Por isso, merecemos comemorar!

Diretoria do CONFEF



A aspiração pela regulamentação foi despertada e desencadeada nos idos de 1940, pelas Associações de Professores de Educação Física – APEFs.



Um pouco de história

O associativismo na Educação Física



O associativismo na profissão de Educação Física teve seu despertar na década de 1940. Um marco importante desse processo histórico foi o movimento iniciado pelas Associações dos Professores de Educação Física (APEFs) de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro no sentido de promover a organização da categoria profissional em suas regiões e a conseqüente fundação da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física (FBAPEF), em 1946, revelando-se significativa para o desenvolvimento coletivo da profissão; o que possibilitou um expressivo debate em torno das idéias apresentadas pelos professores Inezil Penna Marinho, Jacinto Targa e Manoel Monteiro, no sentido de concretizar ações para o desenvolvimento e o reconhecimento social da Educação Física, sensibilizando a categoria para a necessidade da existência de um órgão regulador da profissão.

As discussões levadas a efeito no início do processo de organização interna da categoria e as proposições formuladas, à época, embora fossem movidas por uma idéia-força e embaladas pela defesa de uma causa comum, ainda eram muito incipientes e traduziam expectativas preliminares, muitas vezes contraditórias e com pouco avanço prático. Contudo, na atualidade, é inquestionável o reconhecimento de que esse momento histórico foi o embrião da regulamentação da profissão de Educação Física. Nessa trajetória assume particular importância o III Encontro de Professores de Educação Física, realizado em 1972, na cidade do Rio de Janeiro, em cuja organização estava a Associação dos Professores de Educação Física da Guanabara. Neste evento, surgiu a proposta para criação dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, dando-se especial ênfase à elaboração de um Código de Ética Profissional.

Outro importante fato para a mobilização profissional foi a reunião entre os diretores, professores e estudantes de Escolas de Educação Física, realizada no dia 22 de novembro de 1983, na FUNCEP, em Brasília/DF. O propósito do encontro era discutir a problemática da atuação profissional em Educação Física, “visando à criação de um órgão orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício profissional” (transcrito da ata de reunião).

Nesta reunião, coordenada pelo Prof. Benno Becker Junior, à época, membro da Comissão de Pesquisa em Educação Física e Desportos do MEC-COPED e secretariada pelo Prof. Laércio Elias Pereira, foi apresentado um projeto que tinha como base as leis de Conselhos Regionais e Federais da Psicologia e Medicina.

Chegou-se ao acordo de que a proposta seria a criação do Conselho dos Profissionais de Educação Física. Na oportunidade, todos os presentes foram alertados a respeito da tramitação que o projeto teria na Câmara dos Deputados e da necessidade de cada um mobilizar os representantes políticos de cada estado para a defesa e o acompanhamento do projeto.

VETADO

A Lei 4.559 propôs, em 1984, a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Professores de Educação Física. Foi o primeiro projeto de regulamentação da profissão, vetado pelo então Presidente da República no início dos anos 90.

A primeira tentativa de institucionalização

O Projeto de Lei 4.559, de 12 de novembro de 1984, de autoria do Deputado Federal Darcy Pozza, propôs a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Professores de Educação Física, Desporto e Recreação, tornando-se, oficialmente, o primeiro projeto de regulamentação da profissão. Já na ocasião, Inezil Pena Marinho alertou para a impossibilidade da regulamentação com o título de Professor de Educação Física.

No Congresso Nacional do EPT, realizado no Estádio do Mineirinho, Minas Gerais, no ano de 1984, foi reativada a Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação Física – FBAPEF e discutida a terminologia a ser adotada para possibilitar a regulamentação. O Prof. Inezil propôs o termo kinesiólogo ou kinesioantropólogo rejeitado pela categoria profissional. Após algum tempo de debates, foi proposta a utilização do termo Profissional de Educação Física, com a identificação e confirmação de que com essa terminologia a regulamentação tornava-se constitucional. O termo foi incorporado ao PL 4.559.

Até o final dos anos de 1980, este projeto tramitou numa dinâmica marcada por avanços e retrocessos, sendo aprovado pelo Congresso Nacional, em dezembro de 1989. Porém, no início dos anos de 1990, o projeto foi vetado pelo então Presidente da República, que apontou como justificativa que o Profissional de Educação Física era visto, simplesmente, como professor da disciplina escolar ou como instrutor de esportes, estando ligado a um estabelecimento de ensino ou submetido às normas do Conselho Nacional de Desportos. Nesse sentido, não havia justificativa para “individualizá-lo” e concluía que tal regulamentação “não traria benefícios concretos aos profissionais” e nem à sociedade.





MOVIMENTO NACIONAL PELA REGULAMENTAÇÃO
DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA

MOVIMENTE-SE
EDUCAÇÃO
FÍSICA
REGULAMENTAÇÃO
JÁ



A mobilização

“Regulamentação Já!”

Decorridos quatro anos desde a sanção, que assolara o desenvolvimento da profissão no país, a comunidade da Educação Física brasileira, representada pelo conjunto de estudantes e profissionais preocupados com os rumos da profissão e atenta aos problemas relacionados às questões de natureza ética e mercadológica – a exemplo do real crescimento e da ampliação do campo de intervenção profissional como foi o caso das academias, clubes, condomínios, hospitais, clínicas, praças, praia entre outros –, promoveu novas mobilizações da categoria, da sociedade e de representantes políticos, na perspectiva de assegurar que as atividades físicas e esportivas, desenvolvidas naqueles espaços, fossem orientadas por profissionais da área.

Essa demanda trouxe de volta a discussão da regulamentação da Profissão, para o âmbito do movimento Apefiano nacional, sendo decisiva a participação dos professores Jorge Steinhilber, Sérgio Kudsi Sartori e Walfrido José Amaral, da Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro – APEF-Rio, no 8º Congresso Brasileiro da FBAPEF, em 1994, na cidade de Brasília. Na ocasião, foi aprovada a proposta de resgate à luta pela regulamentação, que, no entanto, não apresentava qualquer comprometimento em relação à própria operacionalização.

Nesse cenário, é lançado o Movimento Nacional pela Regulamentação do Profissional de Educação Física (Regulamentação Já!), tendo como precursores os professores Jorge Steinhilber, Sergio Kudsi Sartori, Walfrido José Amaral e Ernani Bevilaqua Contursi.

Tal iniciativa pautou-se principalmente na idéia de disseminação de informações e na mobilização da categoria, possibilitando a participação de órgãos, instituições, profissionais e estudantes, constituindo-se em uma rede de comunicação e difusão da idéia-força e de ações sobre a regulamentação. O lançamento do Movimento deu-se no início do ano de 1995, por ocasião do Congresso da Federação Internacional de Educação Física - FIEP, realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR e traduziu o coroamento das ações de mobilização, até então implementadas.

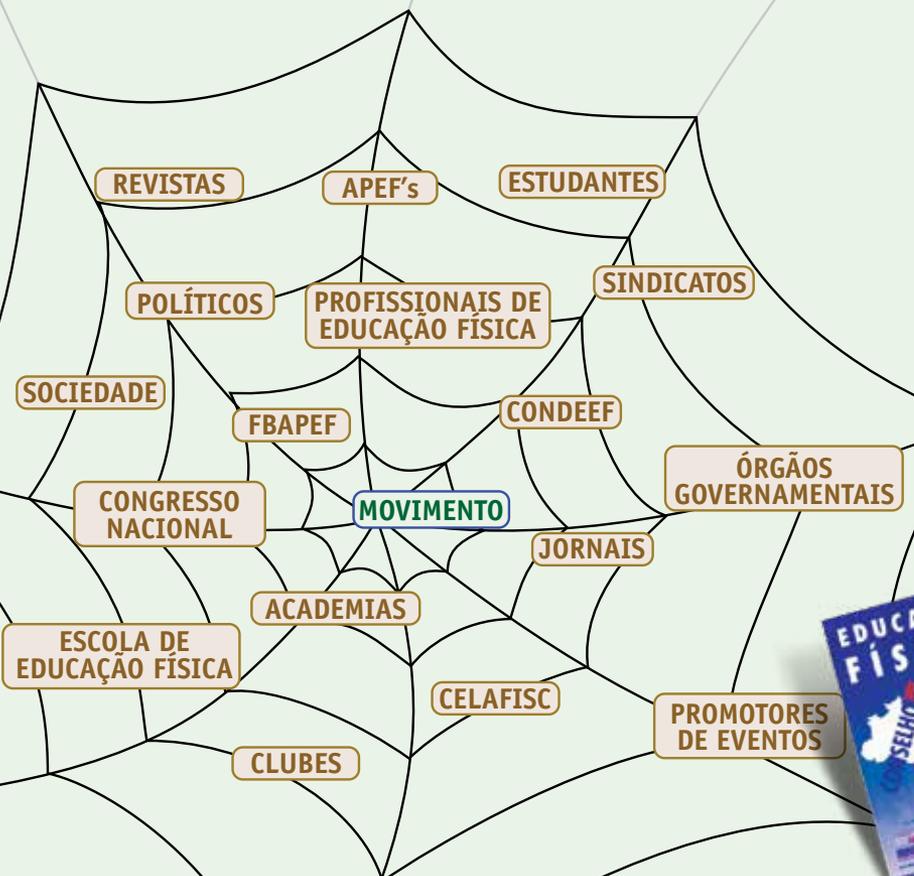
Nesse mesmo ano, o Deputado Federal Eduardo Mascarenhas, em articulação com o Movimento Regulamentação Já!, apresentou o Projeto de Lei 330/95, que dispunha a respeito da Regulamentação da atividade



profissional de Educação Física, de suas intervenções, da criação dos respectivos Conselhos Federal e Regionais e de sua responsabilidade pela fiscalização do exercício legal da profissão em defesa da sociedade. Em novembro de 1995, ao ser apreciado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto recebe substitutivo, obtendo sua aprovação.

No processo de tramitação do Projeto de Lei, no início de 1996, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público designou o Deputado Federal Paulo Paim para ser o relator do Projeto. De início, esse parlamentar deixou antever que a referida Comissão estava inclinada a se posicionar contrariamente ao referido Projeto, por reconhecer a liberdade para o exercício de profissões ou ofícios assegurados pela Constituição Federal.

Entretanto, os diferentes ângulos utilizados para análise da viabilidade do Projeto de Lei 330/95 convergiam para a necessidade de fundamentá-lo a partir da irrefutável imprescindibilidade de que a atividade profissional a ser regulamentada deveria ser exercida por pessoa com formação específica visando a evitar possíveis riscos à saúde, ao bem-estar, à segurança ou aos interesses patrimoniais da população beneficiária, caso tal exigência não fosse observada. Desta forma, a necessidade de conhecimentos técnico-científicos para o desenvolvimento da atividade profissional e a exigência de ser a atividade exercida exclusivamente por profissionais de nível superior, formados em curso reconhecido pelo Ministério da Educação, simultaneamente se apresentavam como referenciais a serem contemplados para se alcançar o embasamento legal requerido para a regulamentação da profissão. Para resguardar o interesse público, era indispensável, ainda, que o projeto de regulamentação não propusesse reserva de mercado para um segmento de determinada profissão em detrimento de outras com formação idêntica ou equivalente.



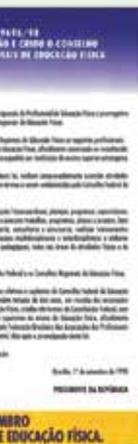


Em audiência com o Deputado Paulo Paim, o Coordenador Nacional do Movimento Regulamentação Já!, Jorge Steinhilber, assegurou que o Projeto mencionado atendia às exigências que amparavam legal e socialmente a sua aprovação, tendo condições de resultar em lei eficaz, com ampla inserção social, com repercussão no âmbito da educação, do esporte, da saúde, da coletividade e do próprio desenvolvimento da área. Como estratégia para permitir a ampla participação para debater a questão, o Deputado convocou audiência pública para o dia 17 de outubro de 1996. Nesse ínterim, o relator do Projeto consultou as instituições formadoras de Profissionais de Educação Física, entidades sociais, órgãos públicos, além de profissionais e estudantes da área.



O Movimento Regulamentação Já! convocou a categoria para se manifestar nacionalmente por meio do envio de mensagens favoráveis à regulamentação, dirigidas à Câmara dos Deputados, de modo a assegurar a legitimidade do pleito, que aguardava a posição do seu relator. Dentre as diversas iniciativas que eclodiram no movimento, é importante ressaltar a manifestação de apoio que diretores de cursos de Educação Física e representantes de instituições de Ensino Superior de todo o país, em reunião realizada na Universidade Católica de Campinas/SP, no ano de 1996. Nesta ocasião, 97% dos presentes foram signatários do documento favorável à regulamentação.

No dia 17 de outubro de 1996, no plenário da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, o Professor Jorge Steinhilber participou do debate público proferindo palestra sobre a regulamentação e o Deputado Paulo Paim apresentou o saldo de milhares de correspondências que recebera, informando que 99% das manifestações eram favoráveis à regulamentação. A partir dessa audiência, foi instituído um grupo de trabalho para, no prazo de 20 dias, compilar as propostas que viessem a ser apresentadas, consubstanciando-as em um texto final. Todavia, o recesso de final de ano e a saída do Deputado Paim da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público impediram que o substitutivo do relator fosse apreciado na Comissão, ainda em 1996.





Diário Oficial

IMPrensa NACIONAL

BRASÍLIA — DF

SEÇÃO 1

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXXVI - Nº 168

QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 1998

NAO PODE SER VENDIDO
SEPARADAMENTE

LEI Nº 9.696, DE 1º DE SETEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 2º Apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:

- I - os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;
- II - os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;
- III - os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

Art. 3º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

Art. 4º São criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 5º Os primeiros membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Educação Física serão eleitos para um mandato tampão de dois anos, em reunião das associações representativas de Profissionais de Educação Física, criadas nos termos da Constituição Federal, com personalidade jurídica própria, e das instituições superiores de ensino de Educação Física, oficialmente autorizadas ou reconhecidas, que serão convocadas pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física - FBAPEF, no prazo de até noventa dias após a promulgação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1 de setembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Em 1997, o Deputado Federal Paulo Rocha assume a relatoria do PL, absorvendo todo o trabalho levado a efeito pelo seu antecessor, e apresenta um substitutivo construído a partir das propostas da categoria profissional.

Em 22 de outubro de 1997, o Projeto, com substitutivo, foi aprovado por unanimidade em reunião ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos e remetido para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, onde foi analisado num período que se estendeu até 9 de junho de 1998, quando foi considerado constitucional e aprovado por unanimidade. Na sessão plenária da Câmara dos Deputados, realizada em 30 de junho de 1998, o Projeto de Lei 330/95 foi aprovado.

A partir de 1º de julho de 1998, o Projeto de Lei passou a ser analisado e apreciado pelo Senado. O professor Jorge Steinhilber com o apoio inestimável da Deputada Laura Carneiro, do Deputado Estadual Bernard Rajzman e de diversos Senadores firmaram acordo para viabilizar a imediata aprovação do Projeto. No dia 13 de agosto, foi incluído na ordem do dia do Senado. A apresentação de emendas ao Projeto de Lei criou momentos de tensão, visto que se alguma fosse aprovada o trâmite normal do Projeto seria alterado e a sua votação atrasada. Após algumas manifestações de parlamentares e um longo e brilhante discurso do Senador Francelino Pereira, o projeto foi aprovado por unanimidade e encaminhado à sanção presidencial.

Em 1º de setembro de 1998, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei 9.696/98, publicada no Diário Oficial da União em 2 de setembro de 1998.



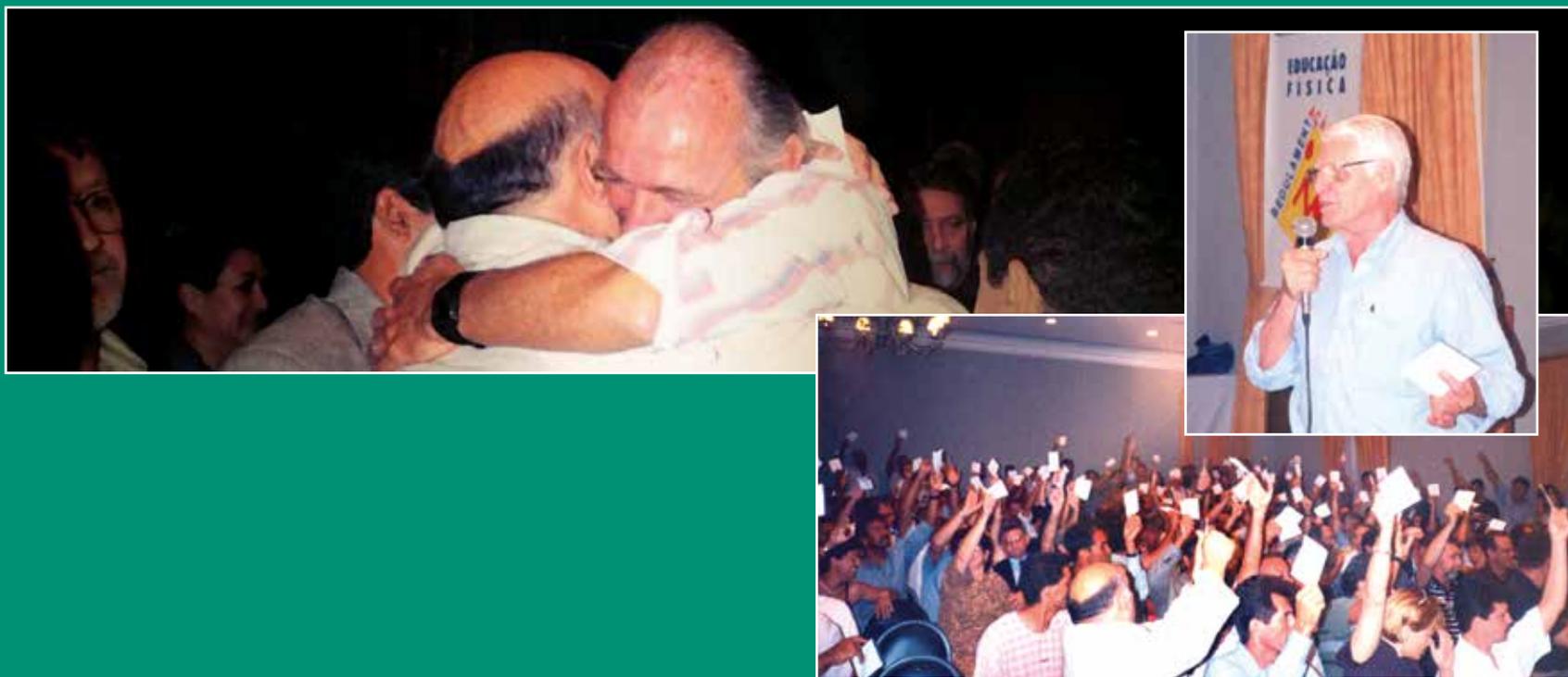


Nasce um novo marco

A criação do CONFEEF

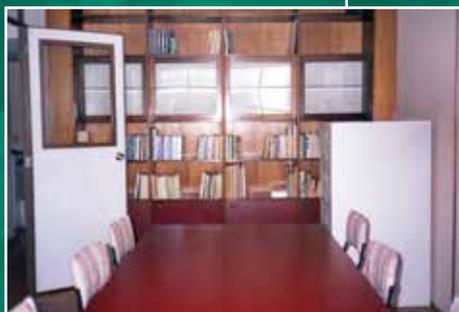
Criado pela Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998, o Conselho Federal de Educação Física (CONFEEF) foi implantado em 8 de novembro de 1998, após memorável e histórica assembléia composta por representantes de Associações de Profissionais de Educação Física e das Instituições de Ensino Superior de Educação Física, realizada no Hotel Flórida, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Diversos profissionais compareceram às suas próprias expensas para presenciar a realização de um sonho, a instalação do CONFEEF, e para votar nos primeiros Conselheiros. Nessa oportunidade, foram eleitos os 18 primeiros membros.

“A primeira reunião do CONFEEF ocorreu no mesmo dia, após toda a alegria da referida eleição. Não podíamos perder nenhum minuto e muito menos aquela oportunidade, uma vez que cada um custearia de seu próprio bolso as passagens, as hospedagens e a alimentação para realização das reuniões plenárias mensais principalmente para elaboração do Estatuto e do Código de Ética, documentos essenciais para se realizar qualquer trabalho”, declara o Prof. Jorge Steinhilber.



Com a criação do CONFEF, esses dezoito Profissionais, oriundos dos mais diversos rincões do país, com culturas, experiências e vivências profissionais diferentes assumiram, ao mesmo tempo, o compromisso e o desafio de criarem caminhos e transporem os obstáculos existentes objetivando consolidar essa entidade como um agente transformador. É de se ressaltar que esse foi o compromisso assumido e que, até hoje, vem sendo cumprido pelos que se envolveram nessa tarefa, fundamentados nos princípios da qualidade, da competência e da ética e sempre dispostos a debater, discutir e, com responsabilidade, elaborar os documentos de forma consensual, desenvolvendo essa entidade que comemora 10 anos de efetivos trabalhos prestados à sociedade brasileira.

Durante um ano, o CONFEF ficou instalado na sede da Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro – APEF-Rio, em uma sala de 27 m², situada na Avenida Franklin Roosevelt. Em 2000, ocorreu a mudança para outras duas salas, ainda na Av. Franklin Roosevelt, que ocupavam uma área de 60 m². Desde 2002, a sede do CONFEF ocupa 250 m², no Centro da cidade Rio de Janeiro/RJ.





Fileira da frente

Paulo Roberto Bassoli, Edison Luiz Santos Cardozo, Almir Adolfo Ghrun, Marino Tessari, Antônio Ricardo Catunda de Oliveira, Manoel José Gomes Tubino.

Fileira do meio

Flavio Delmanto, Walmir Vinhas, Laércio Elias Pereira, João Batista Andreotti Gomes Tojal, Marcelo Ferreira Miranda, Gilberto Bertevello.

Fileira de trás

Renato Medeiros de Moraes, Sergio Kudsi Sartori, Alberto dos Santos Puga Barbosa, Carlos Alberto Oliveira Garcia, Jorge Steinhilber, Juarez Müller Dias.

Sem subvenção governamental, o processo de implantação do CONFEF, nos primeiros sete meses, ocorreu tendo as despesas referentes à manutenção da sede, deslocamentos, hospedagens e alimentação custeadas pelos próprios Conselheiros. Nessa ocasião, a existência do Centro Esportivo Virtual favoreceu que os Conselheiros estreitassem a comunicação entre eles.

Para democratizar o acesso às informações sobre o CONFEF, mantendo os profissionais atualizados e participantes das ações e deliberações do Conselho, informativos impressos eram periodicamente publicados. Com a criação do portal CONFEF consolidou-se um canal mais amplo e democrático de acesso para a participação de todos os interessados.



1998

REGULAMENTAÇÃO



1999



2000

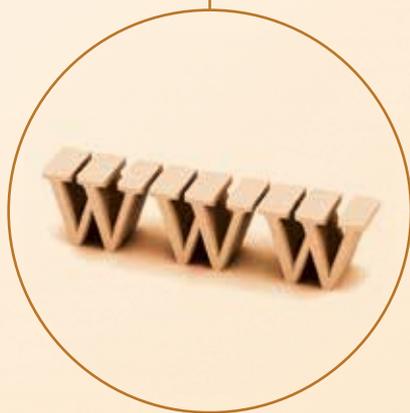
6
CREFs
20.000
REGISTRADOS

2001

2002



Paralelamente à implantação administrativa do CONFEF, à elaboração do Estatuto e à criação do Código de Ética (1999), promoveu-se o trabalho de implantação dos Conselhos Regionais, através de forte campanha de arregimentação da categoria, visando à inscrição profissional junto ao CONFEF, cujo resultado possibilitou a posse dos primeiros Conselheiros Regionais. Nesse ano, foram emitidas as primeiras Cédulas de Identidade Profissional, um marco para o fortalecimento e credibilidade da profissão.



2003

2004

2005

2006

2007

2008



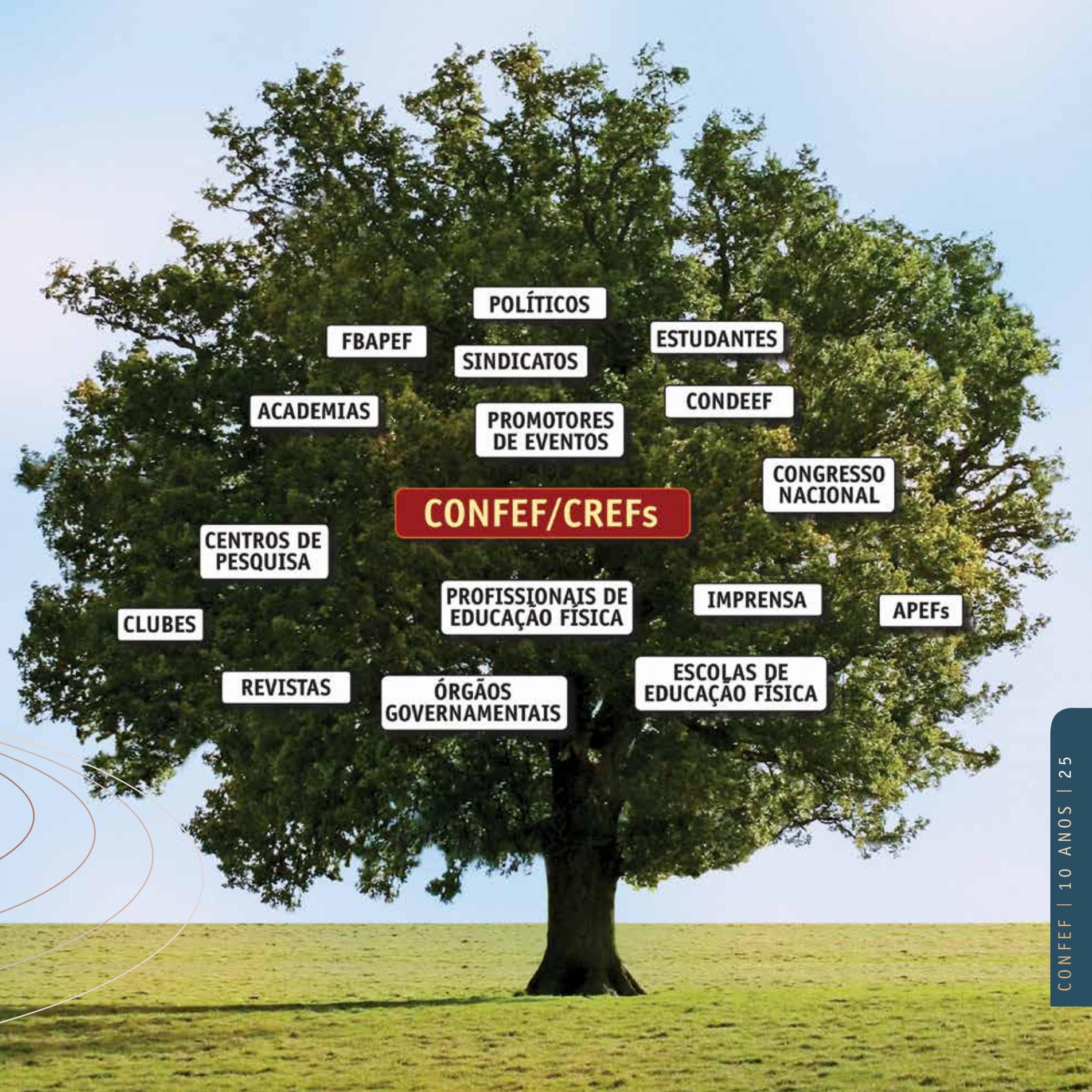
10 ANOS

A atuação dos primeiros Conselheiros

No processo de implantação dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), foi decisiva a ação voluntária dos Conselheiros, que utilizavam seu tempo disponível para a atuação junto aos estabelecimentos prestadores de serviços na área de atividades físicas e esportivas, principalmente, academias, escolas e clubes, no sentido de orientar quanto à importância do registro profissional. Esse serviço – orientação/fiscalização –, inerente às atribuições de um Conselho Profissional, foi importantíssimo para que fossem atingidos os 2.000 profissionais – número mínimo determinado pelo Estatuto – para a consolidação de cada um dos CREFs. Na ocasião, o trabalho de arrecimação conseguiu chegar à marca de 20.000 profissionais registrados em todo o país, possibilitando a implantação dos primeiros seis CREFs que tiveram seu efetivo funcionamento a partir de janeiro do ano 2000. Um ano depois, o quadro de registrados atingiu 50.000 profissionais.

Essa estratégia de arrecimação levada a cabo pelos Conselheiros Regionais permitiu que, durante o processo de orientação de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuavam e prestavam serviços na área das atividades físicas e esportivas, muitos Profissionais se sensibilizassem e se tornassem novos aliados no processo de consolidação da Regulamentação. Até hoje, em regiões nas quais os CREFs estão se estabelecendo e se desenvolvendo, essa participação é fundamental e necessária. É importante ressaltar que, desde o princípio, o conceito da auto-sustentabilidade foi estabelecido estatutariamente como fundamental para a implantação e consolidação do Sistema CONFEE/CREFs.





CONFEF/CREFs

POLÍTICOS

FBAPEF

ESTUDANTES

SINDICATOS

ACADEMIAS

PROMOTORES DE EVENTOS

CONDEEF

CONGRESSO NACIONAL

CENTROS DE PESQUISA

PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

IMPRENSA

APEFs

CLUBES

REVISTAS

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A Consolidação do Sistema CONFEE/CREFs

Como entidade recém-criada, o CONFEE trabalhou no sentido de firmar a sua missão e consolidar os objetivos que orientaram a sua criação, além de induzir mudanças paradigmáticas relativas ao exercício profissional na área. Para isso, parcerias com os segmentos e órgãos esportivos, educacionais e sociais de

âmbito nacional foram definidas e o desafio da formação profissional revelou que o CONFEE também deveria se constituir em veículo importante para sistematizar idéias e produzir documentos que registrassem as posições da categoria sobre temas relevantes e de interesse social.



Entretanto, a maior preocupação dos integrantes do Conselho Federal era fundamentalmente a de como padronizar ações e procedimentos para atender a um país continental. Como tratar de forma eqüânime as diferenças regionais? Como integrar todas as partes desse grande Sistema?

Nesse contexto, um dos caminhos encontrados para viabilizar as primeiras ações foi partilhar a direção do CONFEF com representantes de todas as regiões e integrar as diretorias de todos os CREFs, de modo a priorizar a troca de informações e experiências e de divulgar ações que poderiam ser reaplicadas nos diferentes Conselhos Regionais.



“Se no início o CONFEF foi a entidade fundamental e célula mãe, normativa e condutora da criação e desenvolvimento do Sistema, hoje os CREFs são as estrelas principais, pois são os que estão junto aos Profissionais, são os que atendem diretamente aos Profissionais de Educação Física, são os que estabelecem parcerias regionais e projetos locais orientando e fiscalizando o direito da sociedade de ser atendida por Profissional de Educação Física. O CONFEF é gerador e absorvedor de informações, ações, projetos e programas. A constelação existe pelo equilíbrio e desempenho de cada estrela”, afirma o Prof. Jorge Steinhilber.



Rio de Janeiro, 04 de março de 1999

RESOLUÇÃO CONFEE n.º 001/99

Dispõe sobre o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso VII, artigo 37, e;

CONSIDERANDO que o art. 58, da Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998, outorga a competência aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, para definir a organização, estrutura e funcionamento do respectivo conselho;

CONSIDERANDO que o inciso I, do artigo 28º do estatuto atribui ao plenário do Conselho Federal de Educação Física aprovar seu estatuto;

CONSIDERANDO, finalmente a deliberação do plenário do Conselho Federal de Educação Física, em reunião ordinária de 27 de fevereiro de 1999.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEE, que passa a fazer parte integrante desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir de 27 de fevereiro de 1999, revogadas as disposições em contrário.

Jorge Steinhilber
Presidente
CREF 000002-G/RJ

DOU 160, seção 1, pág. 61, 18/08/2000

Buscando a quebra de paradigmas

Documentos referenciais

Se por um lado o CONFEF teve uma desvantagem em relação aos demais Conselhos por ter sido criado sem vínculo e sem subvenção governamental, por outro, teve a oportunidade de estudar e analisar o funcionamento, padrões e procedimentos dos já constituídos, o que foi fundamental para a elaboração do seu Estatuto e da definição das regras para o seu funcionamento administrativo/financeiro. Sendo assim, uma regra incorporada de imediato foi a de que os CREFs precisariam ser autônomos e auto-suficientes financeiramente, ou seja, as suas receitas deveriam gerar os recursos necessários para suprir suas despesas. Essa compreensão resguardava os Conselhos Regionais como partes independentes, mas complementares do Sistema.

Formado por profissionais dos mais diferentes cantos do país e dos mais diversos campos de intervenção da profissão, o CONFEF retratou esta diversificação de costumes, culturas e conhecimentos, transformando-se num espaço amplo de debates, estudos e experimentações de padrões e parâmetros que poderiam ser implantados e desenvolvidos regionalmente, resguardadas as especificidades e necessidades de cada Regional.

Estatuto

O CONFEF tinha que mostrar sua cara desde o início, daí, juntamente com a questão da comunicação, os Conselheiros debruçaram-se na elaboração de documentos fundamentais e necessários. Assim, o primeiro foi o Estatuto, documento central e impulsionador do Sistema. Foi um longo, penoso e brilhante trabalho elaborado pelos primeiros Conselheiros Federais, definidor da regra geral de funcionamento e da “raiz” do CONFEF e, em seguida, do Sistema CONFEF/CREFs.

O Código de Ética Profissional

Logo na criação do Conselho, percebeu-se que uma das primeiras necessidades era criar Comissões Especializadas para tratar dos assuntos mais urgentes e, dentre elas, foi implantada a Comissão de Ética, formada pelos Conselheiros Federais João Batista Andreotti Gomes Tojal (Presidente), Alberto dos Santos Puga Barbosa e Carlos Alberto de Oliveira Garcia, que assumiram a responsabilidade de promover estudos visando à elaboração de um Código de Ética para o Profissional de Educação Física. Diante da amplitude da missão, percebeu-se a necessidade de que estudos primários fossem desenvolvidos a partir do envolvimento amplo e participativo da comunidade dos Profissionais de Educação Física, tendo como característica básica e como finalidade colher as diversas contribuições.

Em agosto de 1999, o CONFEF realizou o 1º Simpósio de Ética da Atividade Física que serviu para estabelecer as referências iniciais para a elaboração do Código, utilizando-se de instalações gentilmente cedidas pela Universidade Castelo Branco (Rio de Janeiro/RJ). O evento contou com o apoio do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte – INDESP e do Ministério do Esporte e Turismo. Nesta ocasião, foram incorporados à Comissão, como colaboradores, os professores universitários Heron Beresford, Lamartine Pereira DaCosta e Antonio Roberto Rocha Santos, especializados em Ética e Filosofia.

Após intervenções realizadas no Simpósio e na discussão com a categoria através de encontros e de contribuições via internet, o documento foi oficializado pela Resolução CONFEF 025/2000 e sua primeira edição foi publicada em fevereiro de 2000.

O Código de Ética do Profissional de Educação Física define a necessidade de mobilização dos integrantes da categoria profissional para assumirem seu papel social e se comprometerem com a realização social e coletiva e com a necessidade de adaptação e aperfeiçoamento do Profissional de Educação Física ao novo conceito da profissão. O texto zela por um Código de Ética humanista e profissional, com normas que se aplicam às pessoas físicas e jurídicas registradas no Sistema CONFEF/CREFs, destacando que compete ao Profissional atuar com total qualidade, competência e a indispensável responsabilidade pelo conhecimento científico e pelos resultados de sua ação.



CONFEEF
CREFs

Qualidade
Profissional
em defesa da ética
e da sociedade

**Código de
Ética**

O Código de Ética não é um documento estático. Ele acompanha a evolução social e profissional, razão pela qual o CONFEEF promove a cada dois anos o Seminário de Ética, objetivando discutir e refletir a ética na intervenção profissional. Participam desses Seminários conferencistas de renome no assunto que nos ajudam a aprofundar a reflexão e enriquecer a discussão sobre o assunto. Os Seminários de Ética, realizados ininterruptamente desde 1999, são coordenados pelo Conselheiro Federal Prof. Dr. João Batista Andreotti Gomes Tojal.

A Carta Brasileira de Educação Física

Contemplando temas importantes da área, a Carta Brasileira de Educação Física seguiu uma das características do século XX, que foi a de registrar diferentes manifestações sobre temas de repercussão social e de impacto mundial, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e do próprio Manifesto dos Pioneiros, que data de 1930.

Os Conselheiros, percebendo a existência de uma lacuna na busca do desenvolvimento profissional e visando ao reconhecimento social da Educação Física como um instrumento de qualidade e satisfação dos beneficiários, decidiram pela elaboração de um documento que proporcionasse a mudança de paradigmas há muito incorporados na sociedade. Foi solicitado ao então Conselheiro Federal Manoel José Gomes Tubino, profissional que pelo seu reconhecimento, notoriedade e competência dispensam qualquer justificação da escolha, o desenvolvimento desse trabalho e a coordenação da elaboração da Carta Brasileira de Educação Física.

Fiel ao princípio da co-participação o CONFEF apresentou a proposta na internet e em diversos meios de comunicação e como esperado, diferentes setores da sociedade manifestaram suas opiniões e apresentaram suas propostas. A partir do arcabouço de idéias resultante do esforço participativo da categoria profissional, dos Conselheiros, da comunidade científica e acadêmica, foi elaborada e disponibilizada na internet, uma Minuta da Carta já com as novas contribuições incorporadas.

Sua forma final foi apresentada no Fórum Nacional dos Cursos de Formação Profissional em Educação Física do Brasil, realizado em agosto de 2000, na cidade de Belo Horizonte/MG. Finalmente, o documento foi aprovado em Plenário do Conselho, com louvor, na reunião de 20 de agosto de 2000.



Carta Brasileira de EDUCAÇÃO FÍSICA



CONFEF

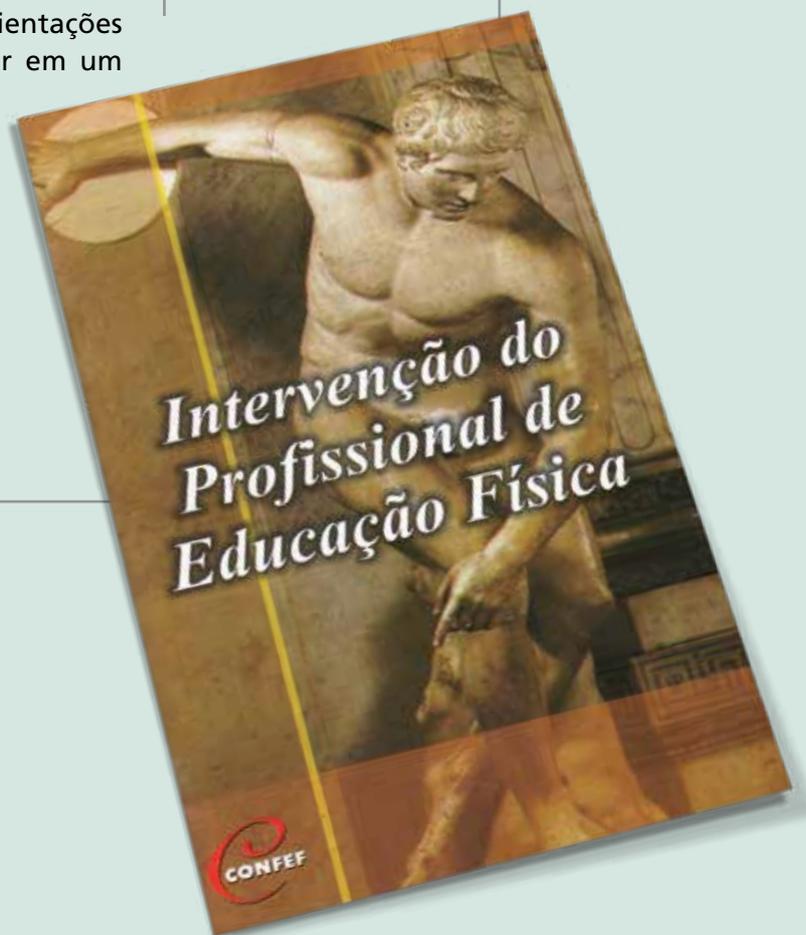
A Carta Brasileira de Educação Física retrata manifestações, propostas e opiniões de diferentes setores da sociedade que seguem sendo discutidas e refletidas e apresenta o posicionamento do CONFEF sobre os compromissos da Educação Física com o desenvolvimento social do país. A Carta aponta para a construção de uma Educação Física de qualidade, sem distinção de qualquer condição humana e sem perder de vista a formação integral das pessoas, sejam crianças, jovens, adultos, idosos e/ou deficientes. Uma ação que, necessariamente, deverá ser conduzida de forma coletiva pelos Profissionais de Educação Física, como condição para qualidade de vida da população e para a sua inserção na sociedade com respeito e competência.

O Documento de Intervenção Profissional

Este documento nasceu da necessidade identificada pelo CONFEF de sistematizar orientações sobre a intervenção na área de Educação Física. A exemplo de outras ações, a elaboração deste documento ficou a cargo dos Conselheiros Federais Iguatemy Maria de Lucena Martins, José Maria de Camargo Barros, Paulo Roberto Bassoli e Marino Tessari.

O Documento de Intervenção foi precedido de uma série de encontros regionais e do Fórum Nacional de Cursos de Educação Física do Brasil (2000, Belo Horizonte/MG). Nesses encontros, foram oportunizadas discussões sobre vários aspectos da formação acadêmica e de sua interface com o exercício profissional, considerando todas as diferentes manifestações e objetivos da profissão.

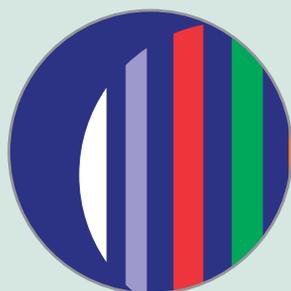
Ao longo do ano de 2001, esteve à disposição da categoria profissional para propostas e sugestões, uma minuta do referido Documento. Sistematizadas as contribuições apresentadas no portal do CONFEF e as provenientes dos encontros, congressos e seminários, foi apresentado o documento final aprovado na plenária de 16 de dezembro de 2001 e instituída a resolução CONFEF 046/2002, que reúne as principais orientações contidas neste documento, que também objetivou se constituir em um instrumento orientador para a formação universitária na área.



Guia de Princípios de Conduta Ética do Estudante de Educação Física

O ano de 2005 começa com a terceira edição do Seminário de Ética. Nessa oportunidade, aprofunda-se a discussão a respeito do conceito e do processo ético no âmbito da profissão. Objetivando orientar acadêmicos dos Cursos de Graduação em Educação Física, o Sistema CONFEF/ CREFs estabeleceu o Guia de Princípios de Conduta Ética do Estudante de Educação Física.

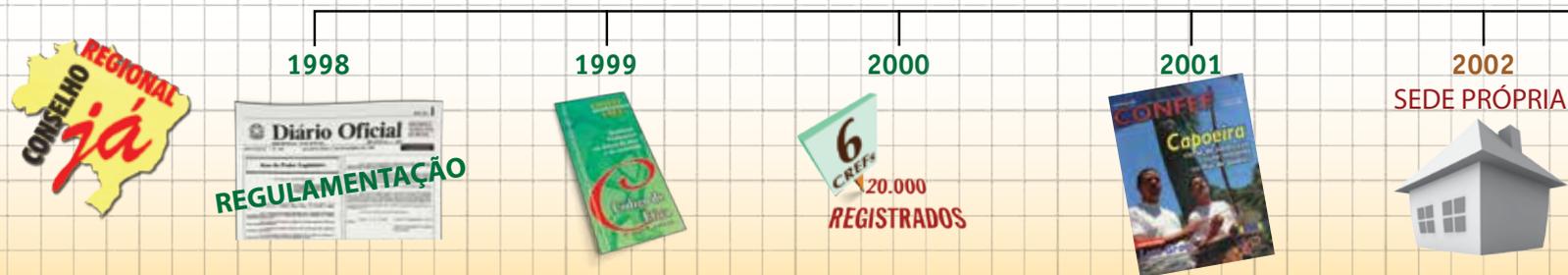
Esse Guia foi criado a partir da compreensão de que o reconhecimento social da categoria depende, entre outros fatores, da qualidade do desempenho profissional, da formação cultural, do compromisso social dos seus profissionais e, especialmente, da conduta humana voltada ao bem-estar geral de todos os indivíduos, sem discriminação de qualquer natureza. Neste aspecto, o Guia é um alerta para que os futuros profissionais se sintam responsabilizados pela sua formação geral e ética.



A Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde

Reconhecendo a importância da prevenção, da promoção da saúde e do papel essencial do Profissional de Educação Física, o Sistema CONFEF/ CREFs promoveu o I Fórum Nacional de Prevenção Integrada da Área de Saúde, na cidade de Belo Horizonte/MG, em setembro de 2005, proporcionando, às diferentes profissões do setor, a intermediação do saber e do fazer, objetivando construir o elo entre teoria e prática.

Nesse Fórum, realizado para que de fato a prevenção pudesse ter o devido tratamento e visando a galgar o patamar de direito e de prioridade na composição de Políticas Públicas de Saúde, foi lançada a idéia da elaboração deste documento e para a construção filosófica desse documento, elegeu-se o Conselheiro Federal Manoel José Gomes Tubino, Presidente da Federação Internacional de Educação Física (FIEP), em função de sua experiência como gestor de diferentes organismos públicos e como responsável pela orientação e organização de diversos documentos geradores de Políticas Públicas Nacionais.





A Carta proporciona, às diferentes profissões da área da saúde, a possibilidade de associar o conhecimento científico por elas construído e as necessidades de saúde e bem-estar da sociedade em geral, objetivando contribuir no desenvolvimento de políticas públicas.

2003

2004

2005

2006

2007

2008





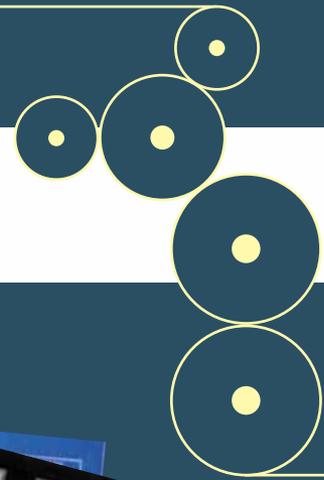
Comprometimento com a categoria

Periódicos e publicações garantem transparência administrativa e definição dos rumos da Profissão

O CONFEF, atento à necessidade de constante interação com os profissionais e com a sociedade e baseado no comprometimento com a transparência administrativa, edita em 2000 o primeiro órgão oficial do Conselho: o Boletim Informativo do CONFEF. Esse veículo evoluiu rapidamente e transformou-se no Jornal do CONFEF, que teve sua publicação até o final de 2001, quando, devido ao crescimento vertiginoso do interesse demonstrado pela categoria, o veículo evoluiu para a edição da Revista E.F., que visa a manter os profissionais interados das ações do Sistema, divulgando experiências bem-sucedidas e oportunizando apresentação de matérias conceituais, que apontam o norte imprimido pelo sistema CONFEF/CREFs.







RIS e atividade física: recomendações e benefícios

Seis razões que indicam a Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016

O SEMINÁRIO que deixa um LEGADO

O Profissional de Educação Física e o ORSF

III Mostra Nacional de Produção em Saúde da Família



Nesta edição:
• Medalha Paulo Roberto Barreto



1º DE SETEMBRO CONGRESSO NACIONAL homenageia os PROFISSIONAIS de EDUCAÇÃO FÍSICA

Nesta edição:
• Ministério do Trabalho e Sistema CONFEE/CREFS cursos gratuitos de qualificação



APRO SOCIAL e o profissional de EDUCAÇÃO FÍSICA

Investigações e denúncias levam traficantes de anabolizantes à prisão

I CONGRESSO NACIONAL do Sistema CONFEE/CREFS

Nesta edição:
• Processo democrático elege novos Conselheiros do Sistema



Sistema CONFEE/CREFS Provocando mudanças

Nesta edição:
• Exigimos respeito!
• Remo Adaptável

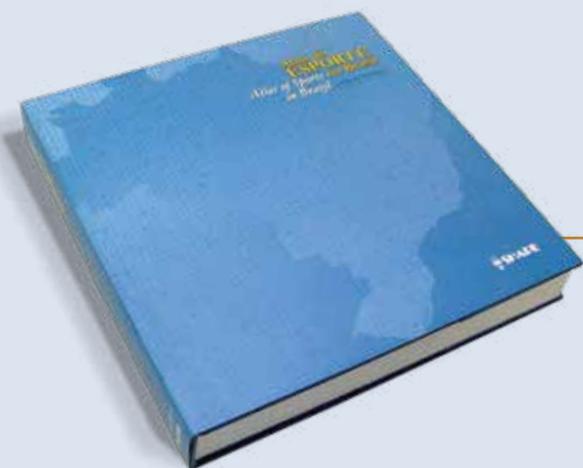


O Atlas do Esporte

O Sistema CONFEF/CREFs inova, no ano de 2005, com o lançamento do Atlas do Esporte no Brasil, o maior levantamento de informações e de memória sobre o setor de atividades físicas no país, organizado pelo Conselheiro Federal Lamartine Pereira DaCosta. A obra faz um inventário da memória do esporte brasileiro, desde o início do século XIX, com dados sobre o envolvimento da população com as diversas atividades físicas por áreas geográficas, além de informações sobre instituições que promovem o setor. A pesquisa revela, por exemplo, a notável expansão da profissão de Educação Física a qual limitava-se a cinco Faculdades formadoras existentes em 1940 e incluía mais de 400 existentes em 2004.

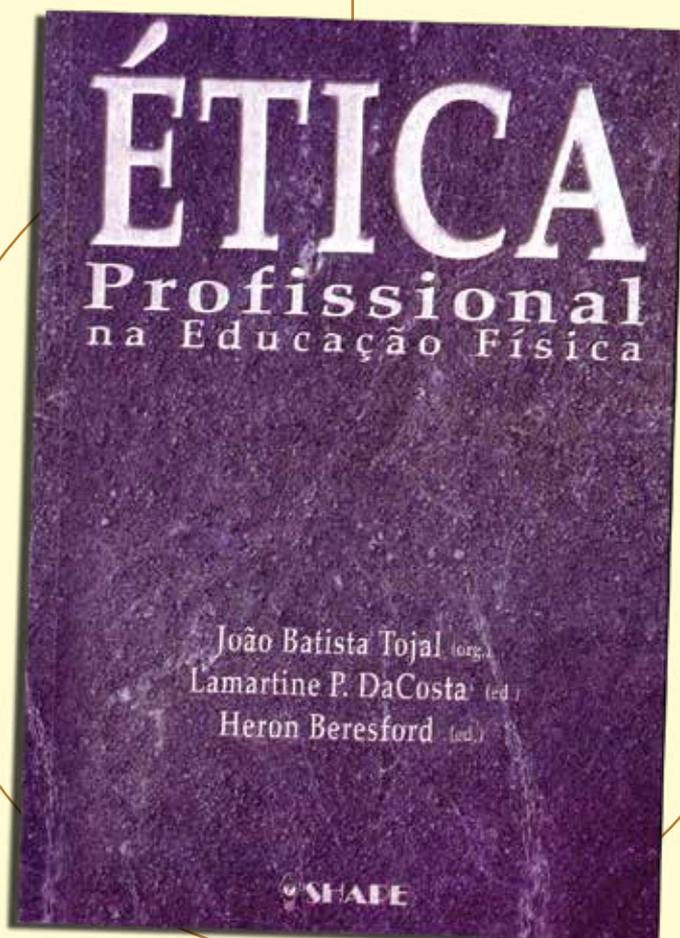
Além da distribuição do Atlas para as instituições de Ensino Superior e os Conselhos Regionais – CREFs, o CONFEF, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, no dia 13 de abril de 2007, entregou um exemplar ao Presidente da República em exercício, José Alencar Gomes da Silva. Da mesma forma, cada um dos 513 Deputados e 81 Senadores do Congresso Nacional recebeu um exemplar da obra. A entrega do Atlas no Planalto Central aconteceu num momento de grande importância, pois o Ministério do Esporte iniciava o debate sobre a Política Nacional do Esporte.

A obra foi distribuída aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, sendo inúmeras vezes citada pela mídia como referência fundamental no setor.



Livro A ética do Profissional de Educação Física (2004)

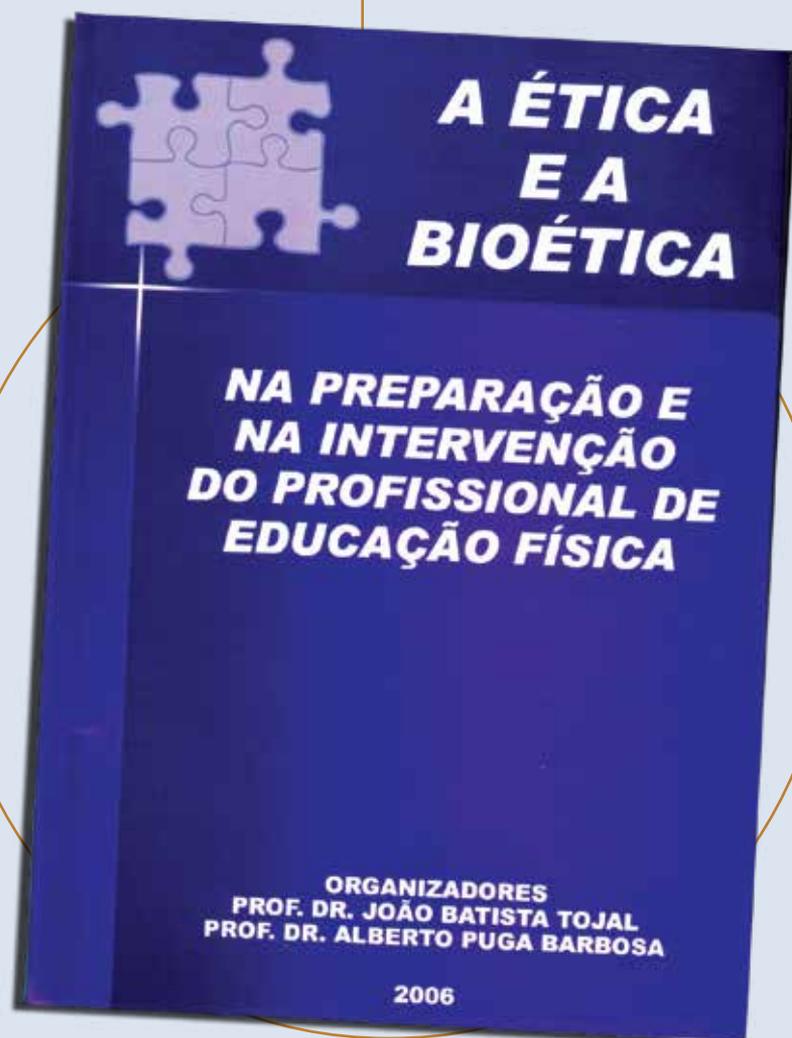
Organizado pelos Conselheiros João Batista Andreotti Gomes Tojal e Lamartine Pereira DaCosta e pelo professor universitário Heron Beresford, o livro é uma das conseqüências do permanente aperfeiçoamento do Código de Ética do Profissional de Educação Física e reúne o material apresentado nas conferências do II Seminário de Ética do Profissional de Educação Física, realizado em 2003, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. A obra demonstra a importância de os profissionais estarem sempre atentos às questões de significado e de aplicação de normas éticas. Os textos apresentados na obra demonstram e ressaltam que teoria é importante para fundamentar a prática, mas ação e realização são imprescindíveis. “Portanto, estudemos a ética, mas, primordialmente, devemos agir eticamente”, ressalta o Presidente Jorge Steinhilber, a respeito deste tema de importância fundamental para as profissões no mundo da atualidade.



Livro A ética e a bioética – na preparação e na intervenção do Profissional de Educação Física (2006)

Fruto da realização do III Seminário de Ética do Profissional de Educação Física, realizado em janeiro de 2005, na Cidade de Foz do Iguaçu/PR, a obra teve como organizadores os Conselheiros Federais João Batista Andreotti Gomes Tojal e Alberto dos Santos Puga Barbosa.

Composta pelos textos apresentados pelos diferentes palestrantes e dos trabalhos científicos submetidos e aceitos pela comissão científica do evento, a obra demonstra que a Profissão de Educação Física tem proporcionado discussões sobre as diferentes questões que envolvem tanto a qualidade de intervenção dos seus profissionais, quanto as condições ambientais em que essas são desenvolvidas. É vista como um convite à reflexão não só aos profissionais que hoje atuam na área, mas principalmente a todos aqueles que se encontram envolvidos com pesquisas e com a preparação de profissionais para atuarem na Educação Física.

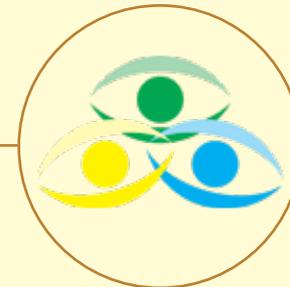


Livro Legados de megaeventos esportivos (2008)



A obra foi promovida pelo CONFEF em parceria com o Ministério do Esporte, reunindo 71 autores brasileiros e quatro do exterior, pertencentes a 35 universidades, que elaboraram estudos e pesquisas no tema de legados de megaeventos esportivos, solicitados pela Universidade Gama Filho – Grupo de Estudos Olímpicos, desde o início de 2007, em razão da realização dos Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro. Posteriormente essa produção técnico-científica foi discutida em Seminário acadêmico, nas dependências do Arte SESC, no Rio de Janeiro/RJ, entre os dias 1º e 4 de maio de 2008, aberto à participação de especialistas do exterior.

Este volume – previsto para produzir impacto internacional – representa a criação de um grupo mínimo de sustentação científica para a produção nacional de conhecimentos sobre megaeventos esportivos, de acordo com seu enfoque prioritário atual: os legados. Tal abordagem implica em entender os megaeventos esportivos como mais uma das vertentes atuais de desenvolvimento da profissão de Educação Física, dado o impacto econômico, cultural e de regeneração urbana, âmbito típico de intervenções avançadas dos profissionais hoje vinculados ao CONFEF.





Uma data para a saúde e o bem-estar

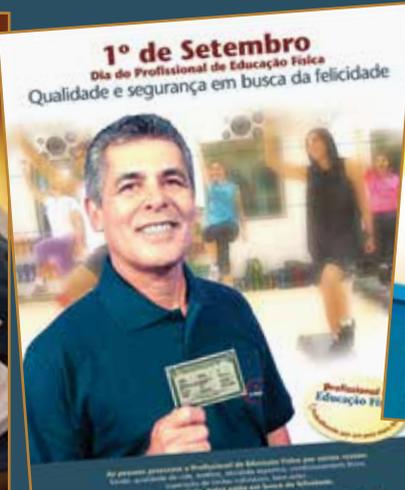
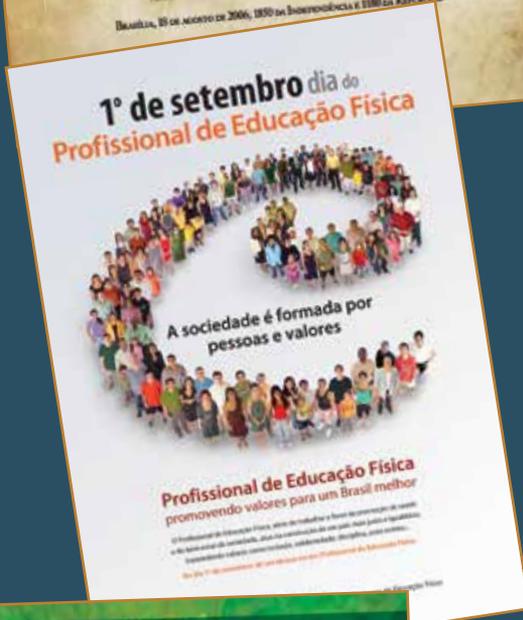
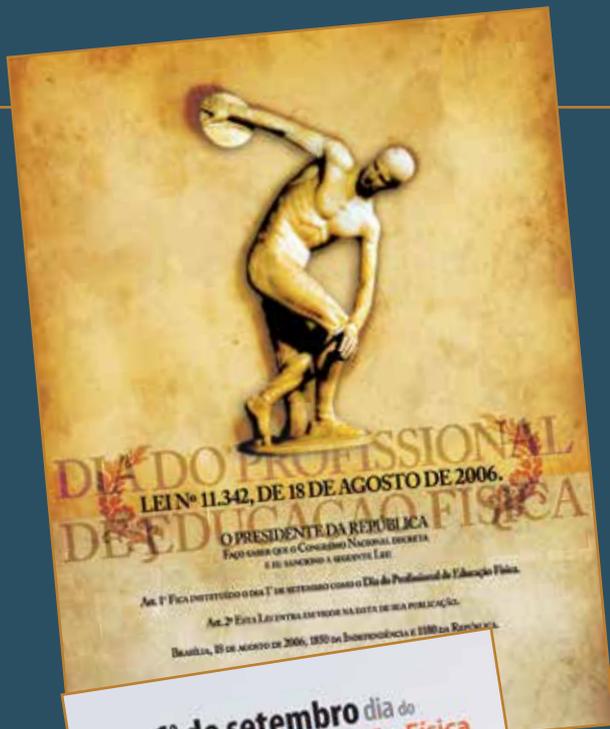
O dia do Profissional de Educação Física

O dia 1º de setembro ficou consagrado como uma das datas mais importantes da profissão de Educação Física quando, em 18 de agosto de 2006, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.342, de autoria da então Deputada Federal Laura Carneiro. O Sistema CONFEF/CREFs foi muito além do aspecto legal que criou esta data comemorativa e transformou esta data em um marco significativo na divulgação para a sociedade brasileira da importância do cultivo de hábitos de vida saudáveis, sensibilizando a população sobre a prevenção e os cuidados com a saúde, por meio de atividades físicas e esportivas ministradas por profissionais qualificados.

A cada dia que passa, aumentam as homenagens, programações e mídias espontâneas relativas ao Dia do Profissional de Educação Física. O projeto estratégico estabelecido pelo CONFEF, desde o ano de 2003, integrado às ações dos CREFs, tem propiciado a que, cada vez mais, o Profissional de Educação Física seja reconhecido como agente dos benefícios e possibilitador dos valores do esporte e das atividades físicas.

Campanhas na mídia eletrônica e impressa, acopladas aos ofícios e ações políticas de parcerias junto a entidades públicas e privadas encetadas pelo Sistema CONFEF/CREFs, culminam em homenagens efusivas aos Profissionais de Educação Física, bem como fomentam a veiculação de reportagens especiais, demonstrando à sociedade a relevância deste profissional.

Esse é o fruto do trabalho sério e árduo de cada profissional – com sua atuação de qualidade e responsabilidade ética –, que, somado ao esforço e dedicação dos Conselheiros Federais e Regionais para edificar o Sistema CONFEF/CREFs unido, sério e ético, legitima nossa profissão. O resultado é o respeito cada vez maior da sociedade pelo Profissional de Educação Física.

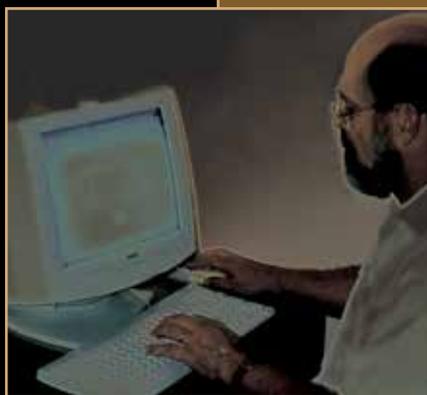
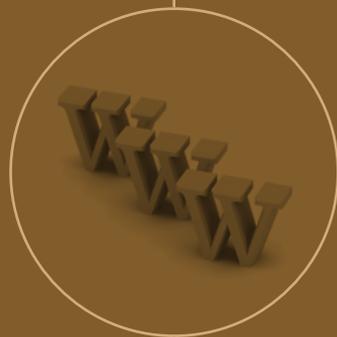
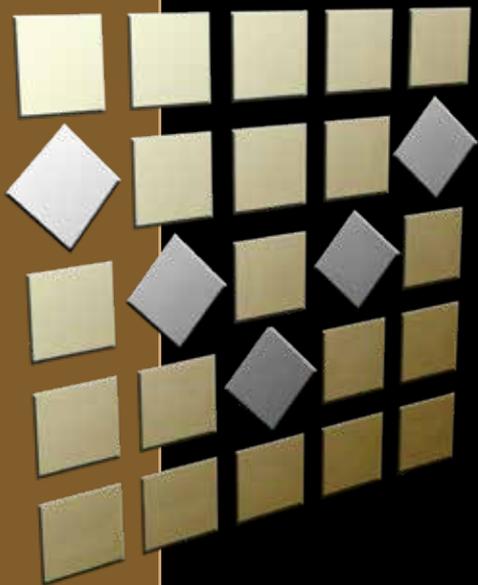




Em 10 anos, o número de Profissionais registrados chegou à marca impressionante de 200.000



DE ZERO A 200.000 EM 10 ANOS



Ações e eventos promovidos

Preparando para o futuro

Uma das primeiras iniciativas no sentido de “preparar o solo” para a construção do Sistema hoje constituído foi a qualificação de Conselheiros Federais para utilização da tecnologia virtual, coordenada pelo Conselheiro Laércio Elias Pereira. O projeto objetivava que a internet, como ferramenta moderna facilitadora da comunicação e da velocidade de integração, passasse a ser um integrante no cotidiano de todos.

Após estes 10 anos, superadas as restrições que alguns colegas tinham a essa tecnologia, podemos dizer que a utilização dessa ferramenta foi um fator importantíssimo para o contato virtual e imediato, muito utilizado atualmente. Baseado nesta perspectiva, o CONFEF implementou as listas dos Conselheiros Federais e dos Presidentes, o que facilitou muito o avanço e o crescimento do Sistema, nesta última década.



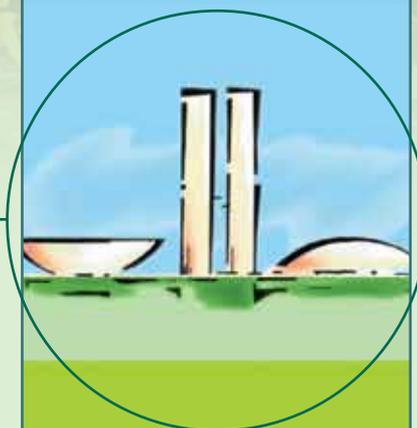
Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física



O CONFEF programa ações em todas as frentes, mas o Legislativo é um segmento especial e essencial. Por isso, motivou a criação da Frente Parlamentar, objetivando o esclarecimento social a respeito da atividade física como elemento crucial na qualidade de vida do cidadão. Além disso, trabalha diretamente para informar e levar aos parlamentares o significado do Profissional de Educação Física, bem como quebrar os paradigmas e o senso comum reinante de que os profissionais da área atuam apenas como professores de escola ou como responsáveis pela ginástica.

O Sistema se faz presente junto ao Legislativo em todas as esferas, sempre defendendo o direito da sociedade de ser atendida por Profissional de Educação Física.





Durante estes 10 anos, o CONFEF realizou um esforço enorme para sensibilizar e mobilizar parlamentares e gestores de todas as esferas governamentais, no sentido de apoiarem iniciativas em prol da profissão, dos Profissionais de Educação Física e que, conseqüentemente, vão ao encontro da necessidade social de ser atendida por profissional competente e ético.

A posição do CONFEF é considerada, sob vários aspectos, imprescindível no estabelecimento de políticas públicas de saúde, de educação, de esportes e até mesmo econômicas, visto que o volume financeiro que envolve as atividades pertinentes à área é bastante significativo na economia atual.

Discussão constante sobre a Ética

O Código de Ética não é um documento estático. Ele acompanha a evolução social e profissional, razão pela qual o CONFEF promove a cada dois anos o Seminário de Ética, objetivando discutir e refletir a ética na intervenção profissional. Participam desses seminários conferencistas de renome no assunto, que nos ajudam a aprofundar a reflexão e enriquecer a discussão sobre o assunto. São realizados ininterruptamente, desde 1999, sob a coordenação do Conselheiro Federal João Batista Andreotti Gomes Tojal.



1º Simpósio de Ética do Profissional de Educação Física

(1999 – Universidade Castelo Branco – Rio de Janeiro – RJ)

Constituiu-se no passo inicial de consultas e abertura à participação da categoria profissional para a construção e edição do primeiro Código de Ética.

2º Seminário de Ética

(2003)

Além da revisão do Código, as discussões e apresentações do evento serviram de base para a publicação do livro *A ética do Profissional de Educação Física* (2004).

3º Seminário de Ética

(2005)

Nessa edição, foi ampliado o debate por meio de mesas redondas para a construção do conhecimento sobre Ética, incluindo-se análises e discussões sobre a Bioética e a maneira de aplicá-las no processo de formação do Profissional de Educação Física. Foi produzido o livro *A ética e a bioética na intervenção do Profissional de Educação Física* (2006).

4º Seminário de Ética

(2007)

Neste ano, cerca de 130 participantes debateram e aprofundaram a minuta do Código Processual de Ética. Realizou-se ainda, uma Sessão Pública simulada de Julgamento de um processo ético, colocando em prática suas premissas e que serviu para validar a sua aplicabilidade, contemplando as necessidades da categoria e da sociedade.

A Formação em Pauta

Atento à necessidade de uma formação de qualidade e entendendo que a intervenção profissional será competente à medida que a formação for adequada e atual, o CONFEF sempre defendeu a parceria com as Instituições de Ensino Superior.



Fórum Nacional dos Cursos de Formação Profissional em Educação Física do Brasil (2000 – Belo Horizonte – MG)

O evento, que contou com a presença de aproximadamente 90% das Instituições de Ensino Superior então existentes, abriu as portas para as discussões a respeito da formação do Profissional de Educação Física.



II Fórum Nacional das Instituições de Ensino Superior em Educação Física (2002 – Rio de Janeiro – RJ)

O Fórum, integralmente transmitido online (via internet), ampliou as discussões sobre diretrizes curriculares, formação continuada, intervenções do Profissional de Educação Física, promoção da saúde e ética.

Destaca-se que vários Fóruns Regionais e Estaduais têm sido promovidos com o objetivo de discutir a formação profissional, bem como a importância da educação continuada por parte dos profissionais.



1998

REGULAMENTAÇÃO



1999



2000



2001



2002

SEDE PRÓPRIA



Integração Continental

Anualmente, a partir de 2002, o Sistema promove o Fórum da Educação Física dos Países do Mercosul, coordenado pelo Conselheiro Carlos Alberto Oliveira Garcia.

O Brasil é o único país com regulamentação da Profissão, o que garante o direito da sociedade de ser atendida nos serviços de atividades físicas e esportivas por Profissional de Educação Física. Tais eventos possibilitam a inter-relação entre os países, identificando subsídios quanto às regras de acordos a serem firmados pelo Brasil e sempre valorizando a conquista da regulamentação.



2003

2004

2005

2006

2007

2008



A Educação Física e as Leis

A partir de 2004, a cada dois anos, o CONFEF – em parceria com a FIEP – promove o Seminário de Legislação Desportiva, coordenado pelo Conselheiro Alberto dos Santos Puga Barbosa. O evento reúne advogados especialistas na área do direito esportivo, Profissionais de Educação Física e estudantes destas áreas, que discutem questões como ética, exercício profissional e as instituições de defesa da sociedade e refletem sobre a participação do Profissional de Educação Física no contexto da legislação desportiva brasileira.



Educação Física Escolar

Desde 2007, o CONFEF realiza o Fórum de Educação Física Escolar – paralelamente ao Congresso Internacional de Educação Física promovido pela FIEP, em Foz do Iguaçu/PR. Os eventos são coordenados pelo Prof. Celio José Borges, e pelos Membros da Comissão de Educação Física Escolar do CONFEF, Prof. Sérgio Kudsi Sartori e Prof. Antonio Ricardo Catunda de Oliveira.

A primeira edição do evento permitiu a identificação da abrangência e da responsabilidade que Profissionais de Educação Física devem assumir no contexto da sua prática pedagógica. O debate resultou na elaboração da **CARTA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**.

A segunda edição, realizada no início de 2008, abordou assuntos como currículo, prática reflexiva, políticas de formação dos Profissionais de Educação Física, papéis do Profissional e suas relações entre teoria e prática, atuação profissional e construção do saber do Profissional de Educação Física. Entre estas preocupações, estava a do atendimento de qualidade em todas as séries do ensino fundamental e uma contribuição efetiva na formação e no desenvolvimento dos escolares da educação infantil.

O evento deixa a mensagem de que Educação Física Escolar necessita de ações claras e objetivas para construir novos significados, exercendo e ocupando os seus papéis pedagógico, formativo, educacional, desportivo, preventivo da saúde e promotor da saúde e do bem-estar.



Esporte e Escola

Os Fóruns de Esporte nas Escolas são excelentes oportunidades para difundir a filosofia adotada no setor e a função do Sistema CONFEF/CREFs. Os eventos contam com a participação de Secretários de Esporte e representantes de diversos municípios. Os documentos provenientes desses eventos têm contribuído para sensibilizar governos estaduais e municipais quanto ao resgate da Educação Física Escolar.

Educação acima de tudo

Fórum Nacional de Esporte nas Escolas (2001 – Poços de Caldas – MG)

Este primeiro evento serviu para a promoção e democratização do projeto Esporte na Escola, atualizando gestores de escolas e professores da disciplina Educação Física Escolar. Atuou ainda, na sensibilização do poder público sobre a necessidade da implantação e desenvolvimento do projeto como forma de oferecer atividades físicas e esportivas de forma responsável e segura.



Fórum Regional de Esporte nas Escolas (2002 – Rio de Janeiro – RJ)

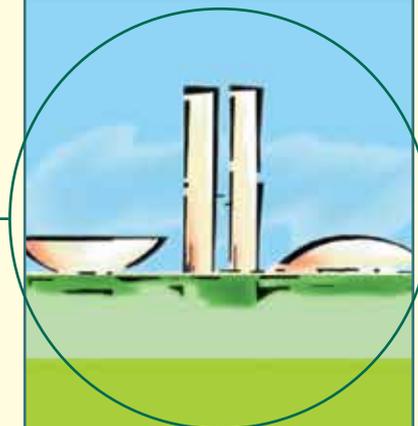
Atuando regionalmente, o Fórum serviu para ratificar a necessidade da democratização do acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional e que objetiva o desenvolvimento holístico de crianças e jovens, com comprometerimentos de formação da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.



“A montanha vai a Maomé”

O CONFEF, primando pelo envolvimento de Parlamentares, assessores e funcionários do Legislativo, promoveu a Conferência Nacional de Atividade Física para Saúde (2004 – Câmara dos Deputados – Brasília/DF), juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto e a Frente Parlamentar da Atividade Física. A abertura do evento contou com a presença dos Presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado José Militão e da Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física, Deputado Cláudio Cajado.

Foram distribuídos folhetos explicativos e uma academia foi montada nos corredores do Congresso, de forma que os Parlamentares e funcionários podiam se exercitar ou simplesmente compreender melhor a intervenção do Profissional de Educação Física em sua vocação para a promoção da saúde e para a prevenção de doenças e males diversos.



Conferência Nacional de Atividade Física para Saúde





A inserção fundamental na saúde

O Fórum Nacional de Prevenção Integrada na Área da Saúde (2005 – Belo Horizonte/MG), que contou com representantes de todos os Conselhos da área da Saúde, serviu para consolidar a inserção da Educação Física no contexto pluriprofissional.

O Sistema CONFEF/CREFs atua na vanguarda da defesa da sociedade, procurando dinamizar ações e projetos que elevem a qualidade de vida e bem-estar do cidadão. Nesse aspecto, a prevenção é fundamental para minimizar diversos males que afetam a sociedade. O Fórum foi destinado e pertinente a todos os órgãos federais, estaduais, municipais, profissionais e estudantes da área de saúde e áreas correlatas, assim como outros interessados em prevenção.

Há que se destacar as iniciativas e parcerias com o objetivo de inserir o Profissional de Educação Física nas equipes multidisciplinares que atuam no âmbito da saúde pública. Esta é uma das vertentes de trabalho da diretoria do CONFEF se demonstra bastante promissora para os Profissionais de Educação Física. Atualmente, pode-se perceber que tanto órgãos públicos como entidades privadas já reconhecem o valor e a imprescindibilidade da intervenção destes profissionais para a prevenção de doenças e para a manutenção e promoção da saúde. A solicitação do registro profissional no CONFEF em concursos públicos de todas as esferas é uma prova da conscientização por parte dos administradores de que a Educação Física orientada por profissional habilitado, competente e ético é uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento da saúde, do bem-estar e da cidadania plena.





Origens Filosóficas

Os Colóquios sobre Epistemologia da Educação Física, em suas três edições – Campinas/SP, Maringá/PR e São Paulo/SP, todos realizados em 2005 –, tiveram como objetivo estabelecer discussões sobre as origens filosóficas e científicas que dão sustentação à Educação Física, discutindo e procurando chegar às convergências de saberes, muito mais do que estabelecer relações políticas entre termos e conceitos. Tais discussões partiram da percepção, por parte do CONFEEF, da necessidade de dar respostas seguras à categoria profissional e à sociedade sobre o campo do conhecimento, os conceitos e terminologias que são utilizados nas intervenções dos seus profissionais no mercado de trabalho.

Como resultado das discussões desenvolvidas e dos avanços obtidos, o CONFEEF, sob a coordenação do Conselheiro João Batista Andreotti Gomes Tojal, realizou o I Congresso Internacional de Epistemologia da Educação Física (2006 – São Paulo/SP), que reuniu pesquisadores e estudiosos do Brasil e do Exterior e é considerado como a pedra fundamental para o esclarecimento e o encaminhamento sobre as questões epistemológicas da Educação Física.

Pesquisa e desenvolvimento científico

Com o objetivo de propiciar a oportunidade de aprimoramento profissional e de formação acadêmica aos Profissionais e estudantes de Educação Física no Brasil, através da reflexão e da produção científica, artística e cultural no âmbito das suas áreas de intervenção, o CONFEF promoveu o I Concurso Literário do Sistema CONFEF/CREFs, sob a coordenação da Conselheira Iguatemy Maria de Lucena Martins. O tema desta primeira edição foi Ética e Exercício Profissional, tendo havido um número significativo de trabalhos inscritos.

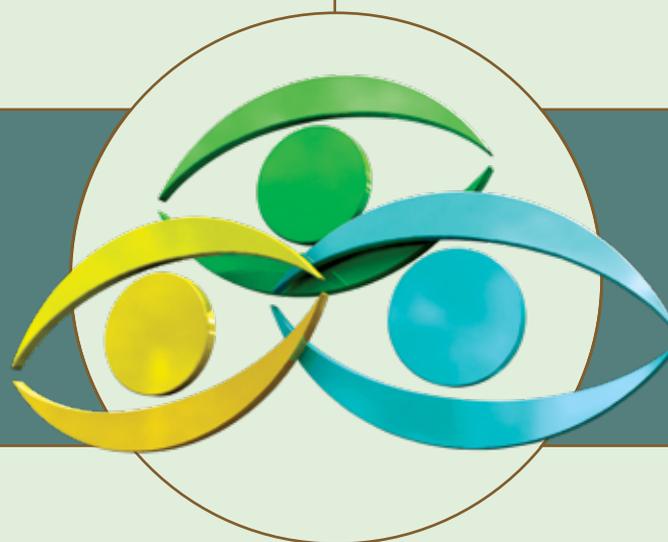


Legados de Megaeventos – necessidade atual

A realização do Seminário Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos, em maio de 2008, objetivou gerar, compartilhar e disseminar conhecimentos que subsidiem a construção de legados dos megaeventos esportivos promovidos pelos órgãos públicos e privados, com vistas à obtenção de seus benefícios econômicos e culturais, bem como proporcionou a elaboração do livro específico. A partir deste primeiro evento, impõe-se dar continuidade aos debates sobre o tema, sobretudo na perspecti-

va da realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, megaevento esportivo que influenciará o desenvolvimento urbano de 12 capitais estaduais do Brasil, sedes desta competição de grandes impactos. Destaca-se ainda a realização dos Jogos Mundiais Militares (2011), na cidade do Rio de Janeiro/RJ e a candidatura desta cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, eventos que também estão inseridos na mesma perspectiva de desenvolvimento institucional do esporte brasileiro.







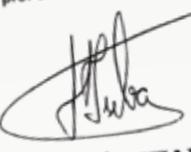
MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Brasília, outubro de 2008

Meus amigos e minhas amigas,
A Educação Física constitui-se, hoje, em uma das mais preciosas ferramentas para o desenvolvimento do nosso País.
Nossas crianças, os adultos, os idosos, bem como as pessoas com deficiência, precisam praticar atividades físicas e esportivas. Temos procurado tratar a prática esportiva não apenas como uma questão de Governo, mas de Estado.

Percebendo a relevância dessa área no processo de inclusão social, desmembrei o Ministério do Esporte e Turismo, buscando tratar separadamente e com a importância que cada um, seja esporte, seja turismo, requer, e estamos, assim, beneficiando milhares de jovens, ocupando-os de forma produtiva, o que favorece a sua formação cidadã.

Os Profissionais de Educação Física, de importância primordial para que as atividades sejam proporcionadas com qualidade e segurança, contribuem sobremaneira para o bem estar social, melhorando a qualidade de vida do cidadão brasileiro.

Nesta data, em que se comemora o décimo aniversário do CONFEF, apresento a todos os integrantes desse Conselho meus cumprimentos pela significativa contribuição em prol do desporto, com votos de continuado sucesso.


LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil



I Congresso Nacional do Sistema CONFEE/CREFs

No ano de 2008, em que se comemorou o 10º aniversário do CONFEE, foi realizado o I Congresso Nacional do Sistema CONFEE/CREFs. O evento serviu para revigorar a interação entre os Conselheiros dos diversos estados e para refletir e debater temas que os mesmos solicitaram que fossem aprofundados. O CONFEE selecionou os conferencistas dentre os Conselheiros Federais, especialistas e autoridades, destacando as presenças da Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE, Dra. Clélia

Brandão Alvarenga Craveiro; da Diretora de Gestão de Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Dra. Ana Estela Haddad; da Diretora de Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP, Dra. Iguatemy Maria de Lucena Martins; do Deputado Federal Gilmar Machado e do Secretário Executivo do Ministério do Trabalho, André Figueiredo. Podemos afirmar que este evento foi outro marco importantíssimo para a consolidação da Profissão.



Garantindo o desenvolvimento do Sistema

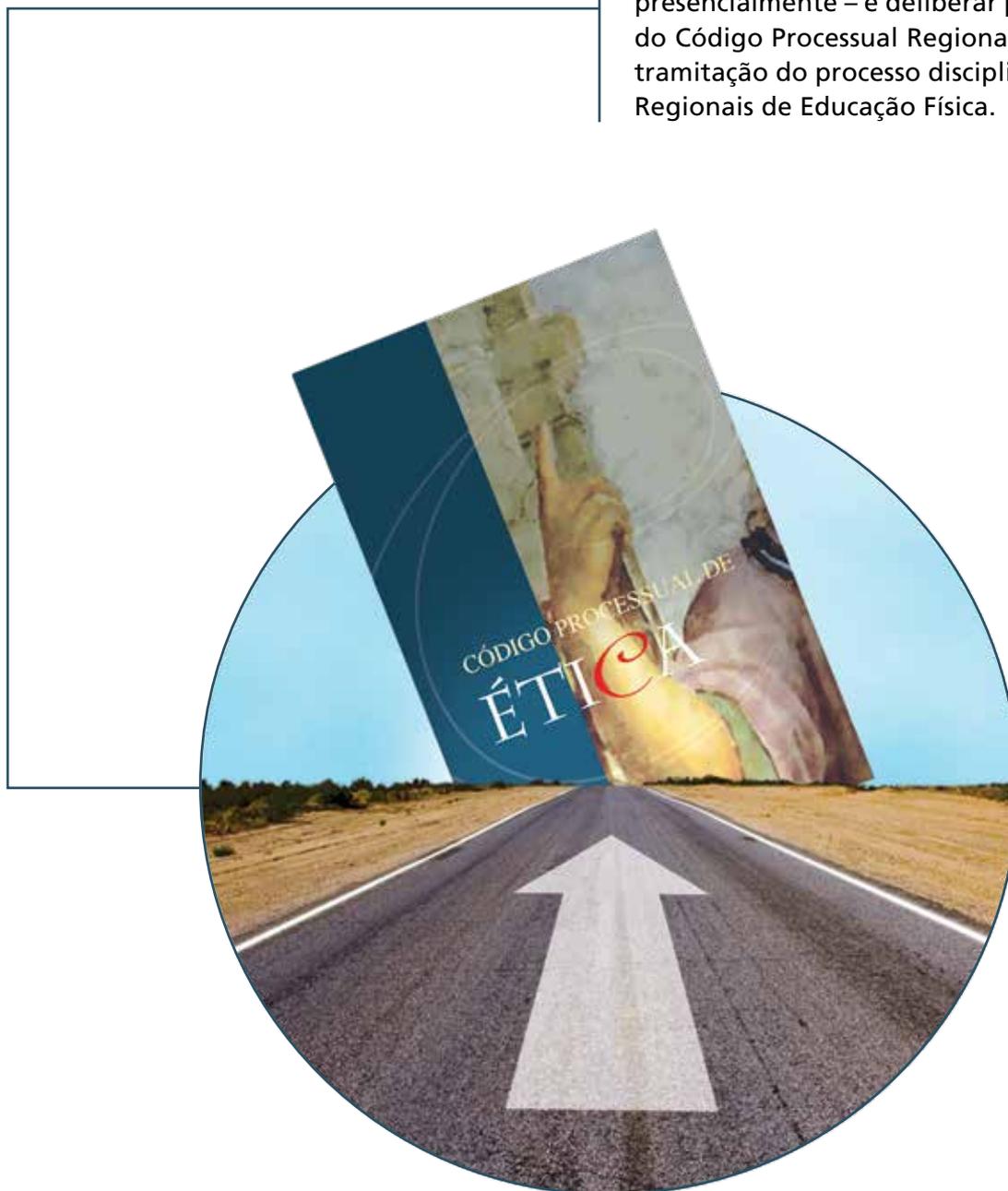
Desde 2002, o CONFEF promove reuniões com os presidentes de CREFs, visando a estabelecer uma compreensão em conjunto de tal forma a construir um Sistema harmônico, ético, integrado e compromissado. Foram diversos encontros objetivando a manutenção da unidade nacional do Sistema CONFEF/CREFs, destacando-se as orientações administrativas, os esclarecimentos de pontos dúbios e as trocas de experiências para crescimento conjunto.

Atualmente, o Colégio de Presidentes reúne todos os representantes dos Regionais, sob a coordenação do Presidente do CREF6/MG, Conselheiro Claudio Augusto Boschi.



A Ética sempre em pauta

Os encontros dos integrantes das Comissões Regionais de Ética têm o objetivo de analisar e debater as inúmeras sugestões apresentadas – virtualmente e presencialmente – e deliberar pela aprovação do texto do Código Processual Regional de Ética, que institui a tramitação do processo disciplinar ético nos Conselhos Regionais de Educação Física.



Padronização Administrativa/gerencial

No ano de 2003, foi realizada, sob a coordenação do CONFEEF, a primeira Reunião dos Gestores do Sistema CONFEEF/CREFs. Trata-se de um esforço permanente de integração entre CREFs, que devem buscar a melhoria no atendimento aos Profissionais de Educação Física, procurando facilitar os procedimentos. O CONFEEF atua de forma proativa, com foco no desenvolvimento interno, na busca de unidade e na uniformidade administrativa.



Reunião de gestores
reflete amadurecimento administrativo

O Sistema CONFEEF/CREFs avança
Justa a avaliação a cada dia e uma parceria eficaz dentro a reunião dos Gestores, onde todos trazem suas experiências e buscam criar o hábito de troca de experiências, a possibilidade dos Gestores relatarem suas experiências e a oportunidade de informar o resultado de suas pesquisas, analisando em conjunto a aplicação das ações nos municípios do Sistema.

Departamento Técnico de CONFEEF avança de referência
"Uma boa referência é que se esteja sempre em busca de melhorar", afirma Tarciso, o Diretor Técnico de CONFEEF. A referência técnica é um dos pontos mais importantes para o sucesso dos CREFs, e o do CONFEEF, portanto, é fundamental para o sucesso do CONFEEF e dos municípios.

Facilitadores para atuação
Resposta técnica que, sempre que necessário, seja importante para o sucesso do município. A Direção Técnica de CONFEEF sempre está disponível para apoiar os municípios e oferecer suporte técnico e administrativo.

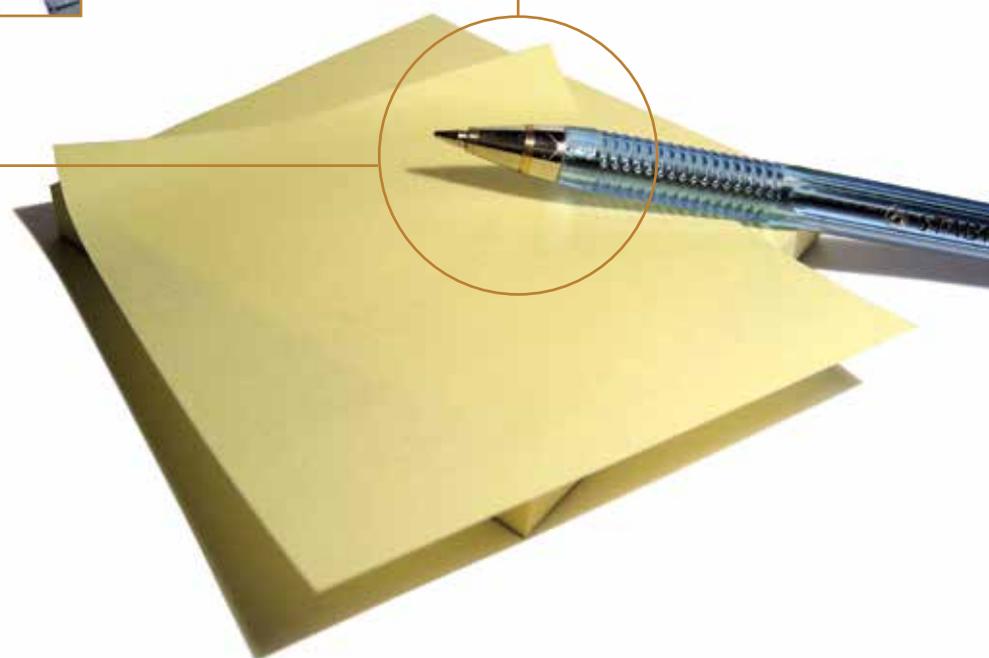
Fortalecimento de oportunidades
Adição de ações pedagógicas e técnicas para os municípios, sempre em busca de melhorar o atendimento aos profissionais de Educação Física.

70

Planejamento estratégico

A percepção da necessidade de constante evolução do Sistema levou à organização do I Seminário de Planejamento Estratégico (2006), que objetivou a elaboração do “Plano de Gestão”, que definiu a Missão e os Valores que caracterizam o Sistema, as Marcas, os Objetivos Estratégicos, os Riscos e Ameaças e as Diretrizes necessárias para a efetivação da gestão.

Ainda em 2006, foi realizado o Seminário de Planejamento Estratégico do Sistema CONFEE/CREFs (Norte, Nordeste e Centro-Oeste).





Parcerias bem-sucedidas

O CONFEF tem atuado conjuntamente com instituições como SESI, SESC, SENAI, Conselho Nacional de Educação (CNE), Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Confederações e Federações esportivas, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e demais Conselhos Profissionais, entre outras. Junto a estas entidades, realizou diversos projetos e campanhas com finalidades diversas, mas sempre em defesa dos direitos constitucionais do cidadão.

Este estreitamento de relações possibilitou também a conquista de apoios fundamentais em assuntos estratégicos como nas discussões das Diretrizes Curriculares Nacionais e da carga horária dos cursos de formação superior; nas participações nas Câmaras Setoriais de Esportes e na sua efetiva colaboração no Conselho Nacional de Esporte; na garantia da obrigatoriedade da Educação Física Escolar com finalidade própria e distinta do Esporte na Escola; na inserção dos Profissionais de Educação Física nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs) e em outras instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS); na valorização dos profissionais devidamente registrados no Sistema CONFEF/CREFs e na sua inclusão em programas de ação social do governo, de entidades privadas e do terceiro setor; entre tantas outras.



Filmes veiculados na TV, em parceria com o INDEP (2002)

Uma das primeiras iniciativas na mídia eletrônica, que obteve enorme repercussão entre a categoria e uma resposta extremamente positiva da sociedade, foi a veiculação dos dois filmes que mostravam crianças reunindo os vizinhos para a participação de uma aula com um Profissional de Educação Física.



1998

REGULAMENTAÇÃO



1999



2000

6
CREFs
20.000
REGISTRADOS

2001



2002

SEDE PRÓPRIA





2003

2004

2005

2006

2007

2008





Participação Política

I Conferência Nacional de Esportes (2004 - Brasília - DF)

Nesta primeira etapa, o CONFEF garantiu a importância do Profissional de Educação Física na área do Esporte e o respeito ao Profissional de Educação Física, seus conhecimentos e suas intervenções, ratificando a importância de sua atuação nos programas públicos de saúde.

II Conferência Nacional de Esportes (2006 - Brasília - DF)

Na ocasião, foi estabelecido, votado e aprovado área de atuação diferenciada para o Profissional de Educação Física e para os Agentes de Esporte, ressaltando que cabe exclusivamente ao Profissional de Educação Física orientar, ministrar e dinamizar as atividades esportivas.



*As Conferências são promovidas pelo Ministério do Esporte.



A sociedade conhece o CONFEEF

O CONFEEF promove nacionalmente a Educação Física

Em 2003, o CONFEEF percebe ser a hora de a sociedade conhecer a nova face da Educação Física e de seus profissionais. A partir deste momento, podemos detectar um novo período no que tange as relações da instituição com a mídia e com a população.

Artigos sobre a Educação Física ou nas quais simplesmente fossem ouvidos os profissionais da área eram raríssimas. O único editorial no qual tocava-se no assunto era o esportivo e, mesmo assim, esporadicamente e sem o devido valor. Material, até então, pouco valorizado pela mídia, a Educação Física e seus preceitos se tornam um novo ícone da comunicação. Bem-estar, saúde, adoção de hábitos saudáveis, melhoria da qualidade de vida e longevidade com qualidade de vida, entre outros assuntos, passam a ser amplamente veiculados e valorizados.

Uma década depois, o que até então era raro de se ler na mídia nacional, passa a ser diariamente comentado, debatido e destacado. O setor é reconhecido como um mercado econômico forte e emergente, os profissionais são definitivamente reconhecidos pela mídia como da área da saúde e educação... Questões como cidadania e cultura da paz são vistas como áreas de intervenção do Profissional de Educação Física... O Brasil conhece o novo perfil da profissão e reconhece o valor de seus profissionais.

Revistas, jornais, emissoras de TVs e rádios e outros tantos veículos de comunicação solicitam pareceres e posições dos Conselhos Federal e Regionais, os profissionais da área são requisitados para avaliações e estudos ligados às mais diversas intervenções da Educação Física.

Além das matérias e artigos baseados em depoimentos de profissionais, a mídia extrapola o âmbito editorial/jornalístico e passa a inserir mensagens positivas a respeito do trabalho do Profissional de Educação Física em suas campanhas, invadindo até mesmo a teledramaturgia. Diversas novelas, em especial da Rede Globo de Televisão, ajudaram na divulgação de valores como atividade física orientada, obrigatoriedade do registro no Sistema CONFEF/CREFs e importância da graduação/formação superior, retratando a valorização que a Educação Física galgou nestes últimos anos. A mídia em geral passa a compartilhar da luta pelo direito da sociedade de ser atendida e orientada com segurança e qualidade por Profissional de Educação Física.

O ápice deste movimento de valorização da Profissão pôde ser percebido claramente por ocasião do RIO2007 (Jogos Panamericanos e Para-Panamericanos), quando Sistema Globo de Comunicação lançou campanha de va-



lorização dos professores de Educação Física (Professor: Onde você vê uma criança, ele vê um campeão na vida), ressaltando o papel imprescindível destes na formação dos cidadãos, antes da formação dos atletas.

Cabe ressaltar que o espaço conquistado na mídia nacional é resultado do trabalho incessante e criterioso de divulgação de conceitos e ações levadas a cabo pelo Sistema CONFEF/CREFs. Atualmente, a entidade é constantemente procurada para realização de entrevistas e esclarecimentos a respeito do mercado e da intervenção do Profissional de Educação Física. O Sistema também é reconhecido por seu trabalho de defesa da população e de promoção de valores positivos para a construção de uma sociedade mais justa, saudável e cidadã.

Em dez anos, o Sistema CONFEF/CREFs, atento ao seu objetivo de construir uma Educação Física de qualidade e ciente de seu papel social, consolidou sua imagem de agente proativo na busca de soluções para questões relativas às áreas da saúde, educação, esporte, cultura e cidadania.

Um trabalho fundamentado na ética, na transparência, na defesa dos direitos constitucionais e dos beneficiários. Uma visão de futuro compromissada com a formação da juventude, com a quebra de paradigmas e com a adoção de um estilo de vida calcado em valores positivos, saudáveis e sustentáveis.





Campanhas



Um dos focos do trabalho realizado pelo CONFEE nestes últimos anos é baseado no processo de comunicação da entidade. Certo da importância de informar e interagir com a categoria, os primeiros passos foram justamente no sentido de criar uma rede de comunicação com e entre os Profissionais. Assim sendo, foram disponibilizados o site e os boletins informativos, que seriam o embrião da Revista E.F., veículo mais importante de relacionamento com os registrados.

Outra vertente do processo de divulgação foi baseada no contato com os poderes públicos de todas as esferas, com o objetivo de consolidar uma legislação que viesse ao encontro da missão do CONFEE. Este trabalho serviu para que regionalmente e nacionalmente fossem instituídas diversas leis, projetos e políticas públicas que valorizam a Educação Física e seus profissionais.

Por volta do ano de 2004, o CONFEE percebeu que era o momento de sensibilizar a população para os benefícios da atividade físico-desportiva orientada por profissional competente e ético. Em um primeiro período, a necessidade do registro no Conselho e a emissão da Cédula de Identidade Profissional foram focos de diversas campanhas educativas que visavam à modificação paradigmas e hábitos que colocavam em risco a saúde da própria população.

As primeiras campanhas veiculadas na mídia impressa tratavam da valorização da Cédula de Identidade Profissional e colocava o cidadão no papel de "fiscal de sua própria saúde". Este trabalho continua como uma das premissas da comunicação do CONFEF: promoção da saúde e da qualidade de vida, e ainda a prevenção de doenças como benefícios diretos da atividade física orientada pelo Profissional de Educação Física.

A Cédula de Identidade Profissional é a garantia de um serviço com qualidade e segurança

A Lei que regulamentou o Profissional de Educação Física foi sancionada devido à sua necessidade de atuação no setor de atividades físicas. Profissionais de serviços de melhor qualidade no setor de atividades físicas. Profissionais de que a Cédula de Identidade Profissional é a primeira grande conquista que os estudantes e também dos Profissionais, pois ela garante a credibilidade que o Sistema CONFEF/CREFs e sua regulamentação ao decorrer desses cursos. Estudantes e empregadores do setor já perceberam que a existência de uma carteira e a qualidade do serviço oferecidos é garantida ao Profissional habilitado pelo Sistema CONFEF/CREFs.

Seja fiscal da sua saúde.

Ao praticar atividades físicas, exija Profissional de Educação Física registrado.

O Conselho Federal de Educação Física - CONFEF - é o órgão de defesa do consumidor no setor de atividade física, garantindo o direito de a sociedade ser atendida com qualidade e segurança.

Cédula de Identidade Profissional
Segurança para a Sociedade

www.confef.org.br

Seja fiscal da sua saúde.

Ao praticar atividades físicas, exija Profissional de Educação Física registrado.

Cédula de Identidade Profissional
Segurança para a Sociedade

www.confef.org.br

Só o diploma não basta

O mercado de trabalho mudou. As exigências e as necessidades da sociedade não são mais as mesmas. Os critérios de seleção profissional levam em consideração outras habilidades além das aprendidas nos bancos das instituições de ensino.

Os Conselhos Profissionais são órgãos que legitimam e fiscalizam o exercício profissional nas diversas áreas regulamentadas. Apenas os profissionais habilitados por estes Conselhos estão aptos a prestar serviços de qualidade e com segurança para a sociedade.

Exercite sua cidadania
PROFISSIONAIS REGISTRADOS

CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

segurança para a sociedade

Sistema CONFEF/CREFs - Conselho Federal e Conselhos de Educação Física - www.confef.org.br

ESTERÓIDE ANABÓLICO FORTALECE A MORTALIDADE

IMPOTÊNCIA SEXUAL, VÔMITOS COM TUMORES RENAIS, CÂNCER... IM

VOCÊ PODE SALVAR

DENUNCIE

Entre em contato com o CREF de sua região.

FISCALIZAÇÃO CREFs

PRATIQUE ATIVIDADE FÍSICA ESPORTE SEM DOPING

Denuncie 11-4743-7230

www.antidoping.com.br

Sistema CONFEF/CREFs por uma Educação Física de qualidade

A fiscalização de academias e afins é outra importante questão levantada pelo Sistema CONFEF/CREFs. Problemas que envolvem estes ambientes e o exercício ilegal da profissão são constantemente combatidos, e também a questão dos anabolizantes e esteróides mereceu atenção especial do Conselho.



Profissional de Educação Física promovendo valores para um Brasil melhor

O perigo a que a população se expõe ao praticar atividades sob orientação de pessoas despreparadas para tal é mais um fator de destaque nas campanhas do CONFEF. E não estamos falando apenas do componente físico da atividade, mas também dos malefícios comportamentais, culturais e sociais que advém da orientação inadequada. Minimizar o risco de lesões, promover a auto-estima e preparar eticamente os futuros cidadãos são responsabilidades e compromissos do Profissional de Educação Física.

PREVENÇÃO
O melhor caminho para sua saúde

Fórum Nacional de Prevenção Integrada na área de Saúde
08 e 09 de setembro de 2005 | Escola de Educação Física UFMG

O Sistema CONFEF/CREFE atua na vanguarda da defesa da sociedade, procurando dinamizar ações e projetos que elevem a qualidade de vida e bem-estar do cidadão. Neste aspecto, a prevenção é fundamental para minimizar diversos males que afetam a sociedade. As palestras e debates deste evento propõem alternativas e contribuições para implementar Políticas Públicas eficazes neste sentido.

Programação:

08 de setembro
08h30m: Sessão de abertura e lançamento do livro
09h30m: Sessão: Movimento Mundial da Prevenção e Bem-Estar
Prof. Dr. Manoel José Gomes Tullio
10h30m: Sessão: Educação Física escolar e prevenção
Prof. Amauri Aparecido Bastos de Oliveira
11h30m: Sessão: Políticas Públicas de Prevenção
Prof. Dr. Agnello Quaresma
14h30m: Sessão: Iniciação da prevenção na comunidade
Dr. Carlos Heller e Dr. Luciane Pereira Da Costa

09 de setembro
08h30m: Sessão: Apresentação: Elvise Matos (coordenadora)
Representantes dos Conselhos Federais de Nutrição, Odontologia, Farmacologia, Assistência Social, Medicina, Psicologia e Família.
09h30m: Sessão: Palestras na área de Prevenção e Atividade Física
Dr. De Biaz e Paulo Roberto Ribas

As inscrições são gratuitas e podem ser processadas através da página eletrônica:
www.confef.org.br

CONFEF
Sistema CONFEF/CREFE
Conselhos Federais e Regionais de Educação Física

Obesidade.
O Brasil não pode carregar este peso.

O BESIDADE ZERO

Pesquisas apontam que na próxima década cerca de 60% da população brasileira estará acima do peso ideal. Atualmente, cerca de 2,5 milhões a 2 milhões de brasileiros estão na faixa de obesidade mórbida.

O Sistema CONFEF/CREFE e os Profissionais de Educação Física, como intervenientes na área da saúde, não estão alheios a este problema e, eficientemente comprometidos com a segurança e com a melhoria da qualidade de vida da população, pretendem debater, inovar e refletir e buscar soluções para a questão.

CONFEF
Sistema CONFEF/CREFE
Conselhos Federais e Regionais de Educação Física
www.confef.org.br

Valorize sua Saúde
Equipe Profissional registrada

Um Conselho para a sociedade

O Sistema CONFEF/CREFE, calcado em seu compromisso ético de promover o bem-estar e a saúde da população, tem firmado parcerias com entidades/empresas, consolidando o papel fundamental da Educação Física para o desenvolvimento da educação e da cidadania.

CONFEF Sistema CONFEF/CREFE - www.confef.org.br

Nesta década, o CONFEF desenvolveu diversas campanhas que alertavam sobre os males da modernidade (sedentarismo, obesidade, entre outros), sobre a importância da prevenção e sobre a primordial ação de um Conselho Profissional na defesa dos direitos da sociedade. Em todas as peças veiculadas nestes dez anos percebemos uma visão moderna e de vanguarda de gestão, nada corporativista e ciente da responsabilidade social de uma entidade deste tipo.

Profissional de Educação Física
Por todos os cantos do Brasil promovendo educação, saúde e cidadania

Os valores transmitidos pelos Profissionais de Educação Física ajudam a combater um país mais justo e solidário.

Para praticar atividades físicas em segurança procure um Profissional de Educação Física

CONFEF
Sistema CONFEF/CREFs
Conselhos Federal e Regionais de Educação Física

www.confef.org.br

Profissional de Educação Física, o Brasil só tem a ganhar

O Profissional de Educação Física é um dos mais importantes intervenientes nos setores de promoção de saúde da educação e da cidadania. Não deixe esse dia passar em branco. Dê um abraço e Profissional que cuida o seu bem-estar e o seu.

CAIXA

www.confef.org.br

A melhor tática para ser um campeão de saúde

Quando o incentivo e promoção da saúde e do bem-estar, o Profissional de Educação Física é o mais indicado para alcançar as maiores conquistas. A prática de atividades físicas orientada por profissional competente e sob a fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população.

CONFEF
Sistema CONFEF/CREFs
Conselhos Federal e Regionais de Educação Física

SIL
Sistema de Informação de Licenciamento

BRASIL
República Federativa do Brasil

1º de Setembro dia do Profissional de Educação Física

Uma data para celebrar a saúde e o bem-estar

Do 1º de Setembro, vamos homenagear o profissional que promove o seu bem-estar e o da sociedade com qualidade e segurança.

1º de Setembro dá um abraço no Profissional de Educação Física

CAIXA

Sistema CONFEF/CREFs
Conselhos Federal e Regionais de Educação Física

www.confef.org.br

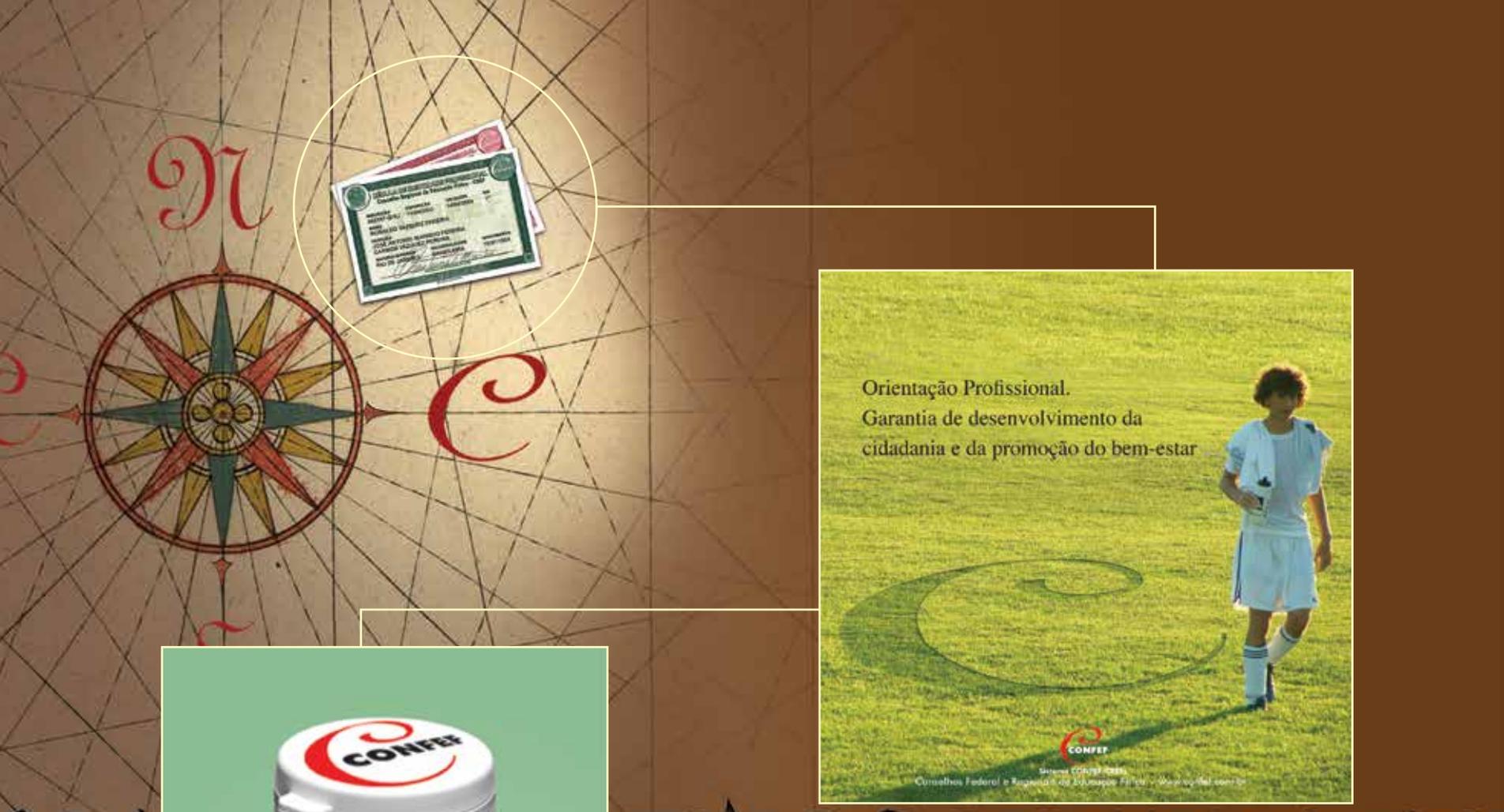
SESI

CONFEF

Todos os Técnicos contratados pela Confederação Brasileira de Ginástica são Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs

O Profissional de Educação Física sempre esteve no centro das discussões levantadas como o único apto a ministrar as atividades inerentes ao setor de forma competente, segura, com qualidade e comprometimento ético.

Diversos profissionais renomados se dispuseram a realizar campanhas de valorização da Educação Física e em defesa de serviços de melhor qualidade na área. Além disso, através das campanhas o CONFEF pode estabelecer as novas áreas de atuação do Profissional de Educação Física contextualizando suas intervenções nas áreas da saúde, da gestão pública, da educação e da inclusão social, entre outras.



Orientação Profissional.
Garantia de desenvolvimento da
cidadania e da promoção do bem-estar

CONFEF
Sistema CONFEF/CREFs
Conselhos Federal e Regionais de Educação Física - www.confef.org.br

Sua saúde agradece.

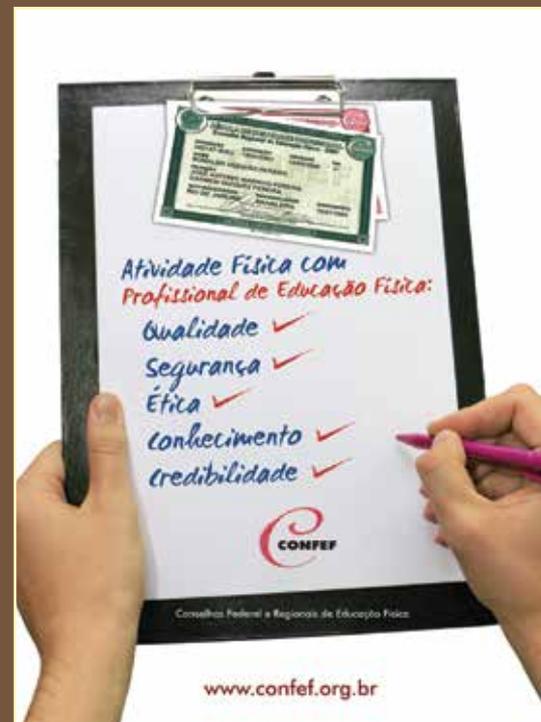
Atividade Física orientada
O melhor caminho para a sua saúde.

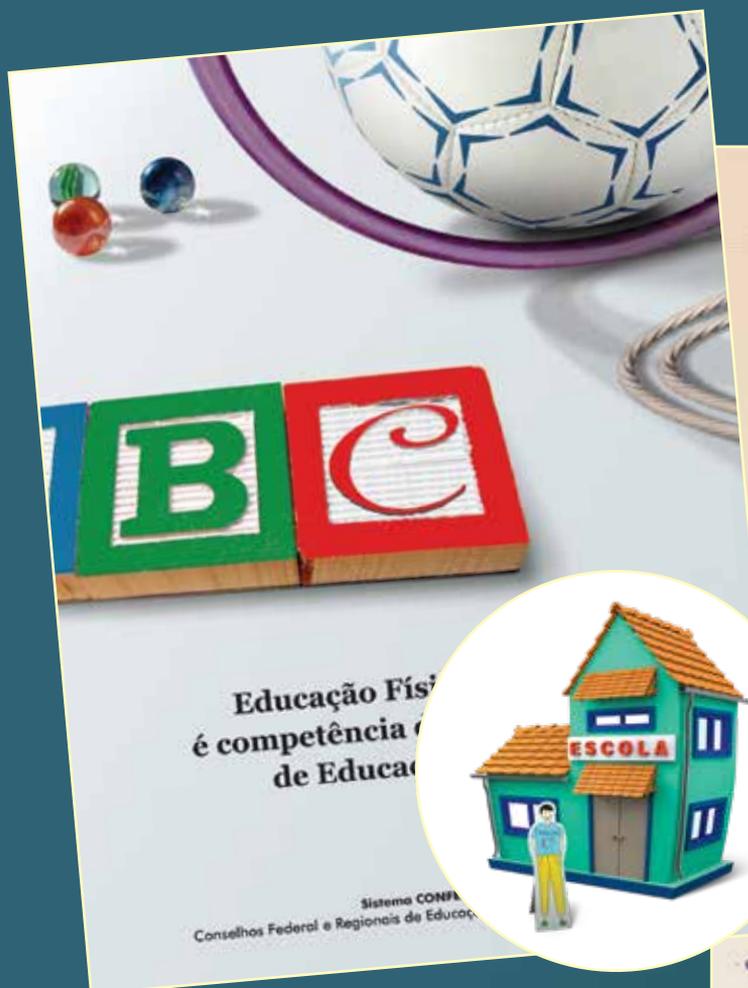
Sistema CONFEF/CREFs - Conselhos Federal e Regionais de Educação Física - www.confef.org.br



Sempre se utilizando de veículos de grande repercussão ou mais especificamente voltados para os beneficiários da área, o CONFEF soube direcionar suas ações para sensibilizar a sociedade e obteve um retorno espetacular.

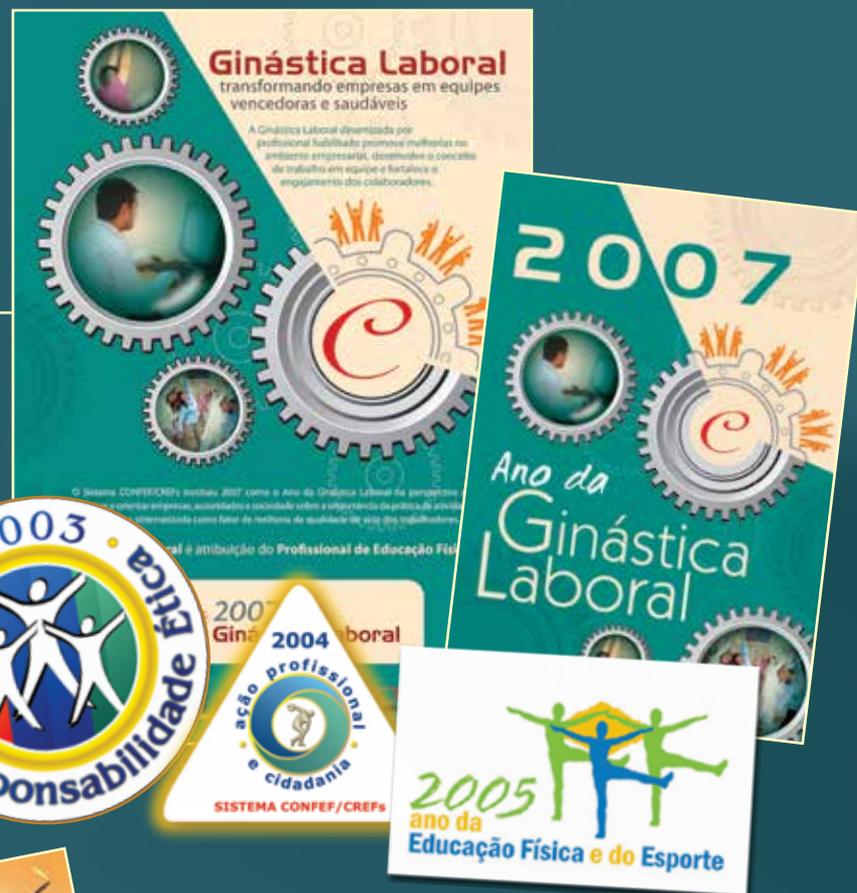
Em parcerias com grandes editoras, foram realizados diversos projetos de divulgação culminando com a publicação de quatro suplementos especiais que retratam o elevado nível da Educação Física brasileira, e que expõem de forma clara e direta os valores que servem de parâmetros para as ações e iniciativas do CONFEF.





Educação Física Escolar: o CONFED mantém uma atenção especial para esta área e dedicou diversos materiais na divulgação de preceitos, metas e iniciativas para o setor. O entendimento da importância da disciplina para a aquisição de hábitos saudáveis e de valores fundamentais para a formação do cidadão são a causa deste extremo cuidado que a entidade dedica à área. Defender o direito constitucional de todos os alunos receberem orientação de qualidade tem sido uma das lutas mais marcantes do CONFED.

Ginástica Laboral, inserção do Profissional de Educação Física no SUS e diversas outras iniciativas em favor da atuação efetiva desses profissionais em tantas outras áreas são questões constantemente divulgadas pelo CONFEF. Desta forma, além de alertar a população a respeito dos benefícios que a intervenção competente pode trazer, o Conselho estimula a abertura de vagas em novos mercados a serem explorados.



A parceria com diversas entidades também tem gerado bons frutos. Tanto os órgãos públicos quanto as empresas privadas, já compreendem a importância da Profissão e da intervenção dos Profissionais de Educação Física em inúmeras áreas de conhecimento apoiando as iniciativas do CONFEF no sentido de promover campanhas e eventos em prol do setor com objetivo de defender a sociedade.

1998 - 2008



CONFEF

10 ANOS

DEFENDENDO A SOCIEDADE • VALORIZANDO A PROFISSÃO

A consolidação da Profissão

10 anos valorizando a categoria

Durante os seus 10 anos de existência, o Sistema CONFEF/CREFs tem procurado demonstrar aos Profissionais e estudantes de Educação Física o cumprimento das prerrogativas instituídas na Lei 9696/98, em favor da sociedade brasileira, razão primeira de todas as preocupações e lutas. Trabalhos desenvolvidos junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário foram sempre com o objetivo de esclarecer, de mudar posições que o tempo e o desenvolvimento científico da área não mais acatam e de convidá-los a fechar parcerias em prol do fortalecimento de uma área estratégica para o desenvolvimento do país, nas dimensões econômica, educacional e de saúde.

As respostas que o CONFEF recebeu, nesta última década, são amplamente positivas. A sensibilização da sociedade sobre o direito constitucional de ser atendida na área de Educação Física, esporte e similares por profissional competente, habilitado e comprometido eticamente já é consenso por grande parte da população que faz uso dos serviços presta-





1998



REGULAMENTAÇÃO

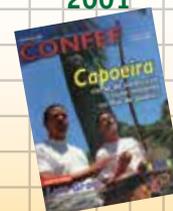
1999



2000



2001



2002

SEDE PRÓPRIA



Manoel José Gomes Tubino

Hoje, a Educação Física brasileira é uma profissão legalmente instituída, organizada, legitimamente reconhecida e socialmente comprometida. O Brasil foi o primeiro país a instituir, formal e legalmente, o direito do cidadão praticante de atividades físicas e esportivas de ser atendido por Profissional de Educação Física, buscando a excelência no atendimento, favorecendo a segurança dos beneficiários e contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar da população.

Nessa trajetória que marca o desenvolvimento da Educação Física, o trabalho de muitos que lutaram em épocas anteriores à regulamentação da profissão não pode ser nunca esquecido e fará para sempre parte da história. Ressalte-se a coragem e a confiança para regulamentar a profissão, para fazer o que parecia impossível num país tão grande e tão complexo. O maior desafio foi fazer com que as pessoas acreditassem que valeria a pena lutar por um ideal que no início foi de poucos e hoje é de uma categoria que até esta data reúne mais de 200 mil profissionais.

Na comemoração destes dez anos de enormes conquistas, a categoria tem razões para comemorar. O reconhecimento e os avanços foram bastante significativos, mas ainda impera a plena consciência de que é preciso e mesmo indispensável que se dê continuidade ao trabalho, pois ainda há muito a realizar.



2003

2004

2005

2006

2007

2008





dos por esses profissionais.

“A Educação Física brasileira passou por um período de desconstrução em que qualquer um dava aula de Educação Física, qualquer pessoa sabia tudo sobre a área e o profissional não tinha valor. Depois passou por uma reconstrução, quando surgiu a regulamentação da Profissão. Hoje está em fase de novas construções.”



15 de Novembro

REPÚBLICA DO BRASIL
de 1889